

TOMO I

Parte I: Legislação Básica

1. CONSTITUIÇÃO FEDERAL

53

- 1.1. Constituição Federal, de 5 de Outubro de 1988...53
 1.2. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) 126

2. SISTEMA JURÍDICO

149

- 2.1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) – Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942. 149
 2.2. Regulamentação dos arts. 20 a 30 da LINDB – Decreto nº 9.830, de 10 de junho de 2019..... 152
 2.3. Elaboração, redação, alteração e consolidação das leis – Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. 154
 2.4. Elaboração, redação, alteração e consolidação de atos normativos – Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024..... 157

3. CODIFICAÇÕES

169

- 3.1. Código Civil – Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. 169
 3.2. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil – Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916..... 305
 3.3. Código de Processo Civil (CPC) - Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015..... 377
 3.4. Código Comercial (CCo) - Lei nº 556, de 25 de junho de 1850. 475
 3.5. Código de Defesa do Consumidor (CDC) - Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. 505
 3.6. Código Penal - Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940..... 520
 3.7. Código de Processo Penal (CPP) - Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941..... 566
 3.8. Código Tributário Nacional – Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966..... 624
 3.9. Código Florestal – Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. 642

4. ESTATUTOS

661

- 4.1. Estatuto da Terra – Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. 661
 4.2. Estatuto do Índio - Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. 680
 4.3. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. 684

- 4.4. Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994..... 719

- 4.5. Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. 732

- 4.6. Estatuto da Pessoa Idosa – Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003..... 739

- 4.7. Estatuto Nacional da Microempresa e da EPP - Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006..... 748

- 4.8. Estatuto da Igualdade Racial – Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010..... 777

- 4.9. Estatuto da Juventude - Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013..... 783

- 4.10. Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. 788

- 4.11. Estatuto da Primeira Infância - Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016..... 804

- 4.12. Estatuto dos Refugiados - Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997..... 809

- 4.13. Estatuto da Metrópole – Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. 812

- 4.14. Estatuto Jurídico da Empresa Pública e da Sociedade de Economia Mista – Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. 815

- 4.15. Estatuto Jurídico da EP, da SEM e de suas subsidiárias (regulamento) – Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016..... 831

Parte II: Atividade notarial e registral

1. LEIS DE REGÊNCIA

847

- 1.1. Lei dos Registros Públicos – Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. 847

- 1.2. Lei dos Notários e Registradores – Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994. 884

- 1.3. Lei de Emolumentos dos Notários e Registradores – Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000. 889

2. CÓDIGO NACIONAL DE NORMAS

891

- 2.1. Código Nacional de Normas CNJ - Foro Extrajudicial – Provimento CNJ nº 149, de 3 de agosto de 2023.. 891

3. PROVIMENTO E VACÂNCIA

976

- 3.1. Vacância dos Serviços Notariais e de Registros – Resolução CNJ nº 80, de 9 de junho de 2009..... 976

- 3.2. Concursos Públicos de Provas e Títulos – Resolução CNJ nº 81, de 09 de junho de 2009. 979

- 3.3. Serventias extrajudiciais vagas (reestruturação periódica) – Orientação CNJ nº 7, de 7 de novembro de 2018..... 982

3.4. Designação de responsável interino – Provimento CNJ nº 77, de 7 de novembro de 2018.....	983
3.5. Vedação de designação de interinos parentes de antigos delegatários – Recomendação CNJ nº 39, de 19 de junho de 2019.....	983
3.6. Exercício da interinidade – Provimento CNJ nº 176, de 23 de julho de 2024.....	984
3.7. Painel Nacional dos Concursos Públicos de Outorga de Delegações – Provimento CNJ nº 133, de 15 de agosto de 2022.....	988
3.8. Exame Nacional de Cartórios – ENAC (normas gerais) – Provimento CNJ nº 184, de 26 de novembro de 2024.....	988

4. IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO CIVIL 992

4.1. Identificação Civil Nacional – Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017.....	992
4.2. Registro de Identidade Civil – Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997.....	993
4.3. Lei de proteção a vítimas e a testemunhas – Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999.....	994
4.4. Carteira de Identidade – Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983.....	996
4.5. Carteira de Identidade (Regulamento) – Decreto nº 10.977, de 23 de fevereiro de 2022.....	996
4.6. Serviço de Identificação do Cidadão – Decreto nº 11.797, de 27 de novembro de 2023.....	999
4.7. Nome social e identidade de gênero – Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016.....	1002
4.8. Uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais – Resolução CNJ nº 270, de 11 de dezembro de 2018.....	1002
4.9. Identificação criminal do civilmente identificado – Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009.....	1003
4.10. Documentação e identificação civil das pessoas privadas de liberdade – Resolução CNJ nº 306, de 17 de dezembro de 2019.....	1005
4.11. Documento de identidade de notários e registradores e de escreventes – Lei nº 14.398, de 8 de julho de 2022.....	1006
4.12. CPF como número suficiente para identificação do cidadão nos serviços públicos – Lei nº 14.534, de 11 de janeiro de 2023.....	1007
4.13. Dia Nacional da Identidade Civil – Lei nº 14.974, de 16 de setembro de 2024.....	1008
4.14. CPF, CNPJ e dados necessários à qualificação das partes – Provimento CNJ nº 61, de 17 de outubro de 2017.....	1008
4.15. Programa de Enfrentamento ao Sub-registro – Provimento CNJ nº 140, de 22 de fevereiro de 2023.....	1009

4.16. Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (revogação) – Decreto nº 8.302, de 4 de setembro de 2014.....	1010
4.17. Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional – Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014.....	1010

5. LIVROS E ARQUIVOS 1013

5.1. Livros Diário Auxiliar, Visitas e Correções e Controle de Depósito Prévio – Provimento CNJ nº 45, de 13 de maio de 2015.....	1013
5.2. Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados – Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.....	1014
5.3. Microfilmagem de Documentos oficiais – Lei nº 5.433, de 08 de maio de 1968.....	1015
5.4. Microfilmagem de Documentos oficiais (Regulamento) – Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996.....	1016
5.5. Conservação de documentos nos cartórios extrajudiciais – Provimento CNJ nº 50, de 28 de setembro de 2015.....	1017
5.6. Arquivo de Segurança – Recomendação CNJ nº 9, de 7 de março de 2013.....	1018
5.7. Arquivo de Segurança (Altera a Recomendação nº 09/2013) – Recomendação CNJ nº 11, de 16 de abril de 2013.....	1018

6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 1020

6.1. Dia Nacional do Notário e do Registrador – Lei nº 11.630, de 26 de dezembro de 2007.....	1020
6.2. Usuário dos serviços públicos – Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.....	1020
6.3. Simplificação do atendimento aos usuários dos serviços públicos – Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017.....	1023
6.4. Mediação e autocomposição – Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015.....	1026
6.5. Lei da Desburocratização – Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018.....	1030
6.6. Instalação de centros judiciários de solução de conflitos e cidadania (CEJUSCs) – Recomendação CNJ nº 28, de 17 de agosto de 2018.....	1031
6.7. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 – Provimento CNJ nº 85, de 19 de agosto de 2019.....	1032

7. EMOLUMENTOS 1034

7.1. Custas e emolumentos (dever de afixar quadros com valores atualizados) – Lei nº 11.802, de 4 de novembro de 2008.....	1034
--	------

7.2. Recolhimento do valor da renda líquida excedente – Provimento CNJ nº 76, de 12 de setembro de 2018.....	1034
7.3. Renda mínima dos registradores de pessoas naturais – Provimento CNJ nº 81, de 6 de dezembro de 2018.....	1035
7.4. Serviços prestados pelas centrais cartorárias (proibição de cobrança) – Provimento CNJ nº 107, de 24 de junho de 2020.....	1035
7.5. Atos relativos às solicitações feitas pela União (isenção) – Decreto-lei nº 1.537, de 13 de abril de 1977.....	1036

8. REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO 1037

8.1. Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça – Regimento Interno CNJ nº 67, de 3 de março de 2009.....	1037
8.2. Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça – Portaria CNJ nº 211, de 10 de agosto de 2009.....	1054
8.3. Atos normativos expedidos pela Corregedoria Nacional de Justiça – Provimento CNJ nº 41, de 6 de outubro de 2014.....	1062
8.4. Anteprojeto de lei relativos aos serviços notariais e de registro – Resolução CNJ nº 609, de 19 de dezembro de 2024.....	1064
8.5. Política Judiciária Nacional – Resolução CNJ nº 125, de 29 de novembro de 2010.....	1065
8.6. Política institucional de Metas Nacionais do Serviço Extrajudicial – Provimento CNJ nº 79, 8 de novembro de 2018.....	1069
8.7. Contratação nos serviços extrajudiciais (Vedação ao “nepotismo”) – Resolução CNJ nº 20, de 29 de agosto de 2006.....	1069
8.8. Declaração sobre Operações Imobiliárias – Instrução Normativa RFB nº 2.186, de 12 de abril de 2024.....	1070
8.9. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) – Provimento CNJ nº 162, de 11 de março de 2024.....	1071

9. DOCUMENTOS ESTRANGEIROS 1074

9.1. Convenção de Viena sobre Relações Consulares – Decreto nº 61.078, de 26 de julho de 1967.....	1074
9.2. Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros – Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016.....	1083
9.3. Apostilamento (uniformização dos procedimentos) – Resolução CNJ nº 228, de 22 de junho de 2016.....	1085
9.4. Apostilamento (uniformização dos procedimentos) – Provimento CNJ nº 62, de 14 de novembro de 2017.....	1087

9.5. Atos notariais e de registro civil do serviço consular – Decreto nº 8.742, de 4 de maio de 2016.....	1088
---	------

10. DOCUMENTOS DIGITAIS 1089

10.1. Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil – Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.....	1089
10.2. Documentos em meios eletromagnéticos (elaboração e arquivamento) – Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012.....	1090
10.3. Assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos – Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.....	1091
10.4. Assinaturas Eletrônicas na administração pública federal – Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.....	1093
10.5. Digitalização de documentos públicos ou privados – Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020.....	1095
10.6. Governo Digital – Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021.....	1096
10.7. Documento Eletrônico de Transporte (DT-e) – Lei nº 14.206, de 27 de setembro de 2021.....	1103

11. SISTEMAS ELETRÔNICOS 1109

11.1. Informatização do processo judicial – Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006.....	1109
11.2. Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) – Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007.....	1111
11.3. Alimentação dos dados no Sistema “Justiça Aberta” – Provimento CNJ nº 24, de 12 de outubro de 2012.....	1112
11.4. Malote Digital – Provimento CNJ nº 25, de 12 de novembro de 2012.....	1113
11.5. Marco Civil da Internet – Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.....	1113
11.6. Sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais – Lei nº 9.800, de 26 de maio de 1999.....	1117
11.7. Segurança, integridade e disponibilidade de dados (padrões mínimos) – Provimento CNJ nº 74, de 31 de julho de 2018.....	1117
11.8. Plataforma de Cidadania Digital – Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016.....	1118
11.9. Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp) – Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022.....	1120
11.10. Implementação e Custeio dos Sistemas Registros Eletrônicos – Provimento CNJ nº 159, de 18 de dezembro 2023.....	1131

12. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS 1134

12.1. Lei de Acesso à informação – Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.....	1134
--	------

- 12.2. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. 1140
- 12.3. Medidas de adequação à LGPD – Provimento CNJ nº 134, de 24 de agosto de 2022. 1151

13. MEDIDAS DE PREVENÇÃO 1153

- 13.1. Declaração sobre Operações Imobiliárias em Terrenos da União – Portaria SPU/ME nº 24.218, de 26 de novembro de 2020. 1153
- 13.2. Medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo COVID-19 – Orientação CNJ nº 9, de 13 de março de 2020. 1154
- 13.3. Medidas preventivas a atos de violência patrimonial ou financeira contra pessoa idosa no período de ESPIN – Recomendação CNJ nº 46, de 23 de junho de 2020. 1155
- 13.4. Medidas preventivas violência patrimonial ou financeira contra pessoa idosa – Recomendação CNJ nº 47, de 12 de março de 2021. 1155

14. ACESSIBILIDADE 1157

- 14.1. Apoio às pessoas com deficiência – Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. 1157
- 14.2. Atendimento prioritário – Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. 1159
- 14.3. Convenção Interamericana para a Eliminação da Discriminação (promulgação) – Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. 1160
- 14.4. Acessibilidade em edificação de uso privado multifamiliar – Decreto nº 9.451, de 26 de julho de 2018. ... 1160
- 14.5. Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência (diretrizes) – Resolução CNJ nº 401, de 16 de junho de 2021. 1161

Parte III: Tabelionato de Notas

1. FORMA E PROVA 1171

- 1.1. Requisitos para Lavratura de Escritura Pública – Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985. 1171
- 1.2. Requisitos para Lavratura de Escritura Pública (regulamento) – Decreto nº 93.240, de 9 de setembro de 1986. 1171
- 1.3. Prova documental – Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983. 1172
- 1.4. Certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações – Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995. 1172
- 1.5. Simplificação da exigências de documentos – Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979. 1172

2. ATOS NOTARIAIS 1174

- 2.1. Código de Ética e Disciplina Notarial – Colégio Notarial do Brasil. 1174
- 2.2. Inventário, Partilha, Separação, Divórcio e Extinção da UE Consensuais – Resolução CNJ nº 35, de 24 de abril de 2007. 1176
- 2.3. Inventário, Partilha, Separação, Divórcio e Extinção da UE Consensuais (filhos ou herdeiros emancipados) – Recomendação CNJ nº 22, de 6 de junho de 2016. 1179
- 2.4. Atividades profissionais dos advogados em escrituras públicas de inventários, partilhas, separações e divórcios – Provimento CFOAB nº 118, de 20 de junho de 2007. 1180
- 2.5. CRV, CLA e comprovante de transferência de propriedade digital – Resolução CONTRAN nº 809, de 15 de dezembro de 2020. 1180
- 2.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) – Recomendação CNJ nº 3, de 15 de março de 2012. 1182
- 2.7. Custas e Emolumentos da Justiça do Distrito Federal – Lei nº 8.522, de 11 de dezembro de 1992. 1182
- 2.8. Registro Central de Testamentos On-Line (consulta obrigatória) – Provimento CNJ nº 56, de 14 de julho de 2016. 1183

Parte IV: Tabelionato de Protesto

1. PROTESTO EM GERAL 1189

- 1.1. Lei do Protesto – Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997. 1189
- 1.2. Cancelamento de Protesto de Títulos Cambiais – Lei nº 6.690, de 25 de setembro de 1979. 1194
- 1.3. Identificação do devedor em títulos cambiais – Lei nº 6.268, de 24 de novembro de 1975. 1194

2. CHEQUES 1196

- 2.1. Lei Uniforme de Genebra sobre Cheques – Decreto nº 57.595, de 4 de janeiro de 1966. 1196
- 2.2. Lei do Cheque – Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985. 1206
- 2.3. Convenção Interamericana sobre Conflitos de Leis em Matéria de Cheques – Decreto nº 1.240, de 15 de setembro de 1994. 1210

3. DUPLICATA, LETRA DE CÂMBIO E NOTA PROMISSÓRIA 1212

- 3.1. Lei das Duplicatas – Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968. 1212
- 3.2. Duplicata sob a forma escritural – Lei nº 13.775, de 20 de dezembro de 2018. 1215
- 3.3. Letra de Câmbio e Nota Promissória – Decreto nº 2.044, de 31 de dezembro de 1908. 1216

3.4. Lei Uniforme de Genebra sobre Letras de Câmbio e Notas Promissórias – Decreto nº 57.663, de 24 de janeiro de 1966. 1220

4. CERTIDÕES DA DÍVIDA ATIVA 1231

4.1. Cobrança Judicial de Dívida Ativa da Fazenda Pública – Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980.... 1231

4.2. Protesto das CDAs no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais – Resolução Cofen nº 498, de 2 de dezembro de 2015. 1234

4.3. Protesto Extrajudicial das CDAs – Portaria Interministerial AGU/BACEN nº 1, de 23 de agosto de 2013. 1235

4.4. Protesto extrajudicial de CDAs da União ou do FGTS – Portaria PGFN nº 429, de 4 de junho de 2014. 1235

4.5. Parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional – Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013. 1236

5. CÉDULAS, LETRAS E OUTROS TÍTULOS 1242

5.1. Penhor Rural e Cédula Pignoratícia – Lei nº 492, de 30 de agosto de 1937. 1242

5.2. Crédito Rural – Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965. 1245

5.3. Crédito Rural (regulamento) – Decreto nº 58.380, de 10 de maio de 1966. 1248

5.4. Crédito Rural – Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995. 1253

5.5. Crédito Rural – Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008. 1256

5.6. Títulos de crédito rural – Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967. 1273

5.7. Cédula de Produto Rural (CPR) – Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994. 1279

5.8. Cédula de Produto Rural (lei modificadora) – Lei nº 10.200, de 14 de fevereiro de 2001. 1282

5.9. Títulos da dívida agrária – Decreto nº 578, de 24 de junho de 1992. 1283

5.10. Certificado de Depósito Agropecuário e outros títulos – Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004. 1284

5.11. Títulos de Crédito à Exportação – Lei nº 6.313, de 16 de dezembro de 1975. 1290

5.12. Títulos de Crédito Industrial – Decreto-Lei nº 413, de 9 de janeiro de 1969. 1290

5.13. Títulos de Crédito Comercial – Lei nº 6.840, de 03 de novembro de 1980. 1294

5.14. Letra de Arrendamento Mercantil (LAM) – Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008. 1295

5.15. Letras Hipotecárias (condições para emissão) – Lei nº 7.684, de 2 de dezembro de 1988. 1296

5.16. Associações de Poupança e Empréstimo, e Cédula Hipotecária – Decreto-Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966. 1296

5.17. Títulos emitidos por Empresas de Armazéns Gerais – Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1903... 1299

5.18. Penhor Agrícola – Decreto-Lei nº 1.003, de 29 de dezembro de 1938. 1305

5.19. Penhor de Produtos Agrícolas – Lei nº 2.666 de 06 de dezembro de 1955. 1305

Parte V: Registro Civil das Pessoas Naturais

1. NASCIMENTO 1309

1.1. Declaração de Nascido Vivo (DNV) – Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. 1309

1.2. Assento de nascimento do Indígena – Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 03, de 19 de abril de 2012... 1310

1.3. Erradicação do Sub-registro – Decreto nº 10.063, de 14 de outubro de 2019. 1311

1.4. Filhos nascidos no Brasil de pais a serviço do seu país – Recomendação CNJ nº 23, de 28 de junho de 2016. 1313

1.5. Lavratura de registros de nascimento e passaportes (procedimento prévio) – Recomendação CNJ nº 43, de 30 de outubro de 2019. 1314

2. FILIAÇÃO E PARENTALIDADE 1316

2.1. Organização e proteção da família – Decreto-Lei nº 3.200, de 19 de abril de 1941. 1316

2.2. Planejamento Familiar – Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. 1319

2.3. Emancipação por outorga do pai ou da mãe (Registro) – Lei nº 2.375, de 21 de dezembro de 1954. .. 1321

2.4. Investigação de Paternidade – Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992. 1321

2.5. Averiguação oficiosa (Alunos sem Paternidade) – Provimento CNJ nº 12, de 6 de agosto de 2010. 1322

2.6. Averiguação oficiosa (“Projeto Pai Presente”) – Provimento CNJ nº 26, de 12 de dezembro de 2012. .. 1323

2.7. Reprodução assistida (normas éticas) – Resolução CFM nº 2.320, de 1º de setembro de 2022. 1324

2.8. Lei da Adoção – Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. 1327

2.9. Guarda e Família Substituta – Recomendação CNJ nº 8, de 07 de novembro de 2012. 1335

2.10. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) – Resolução CNJ nº 289, de 14 de agosto de 2019. 1335

2.11. Entrega para adoção (atendimento da gestante ou parturiente) – Resolução CNJ nº 485, de 18 de janeiro de 2023.	1336
2.12. Ação de Alimentos – Lei nº 5.478, de 25 de Julho de 1968.	1339
2.13. Alimentos Gravídicos – Lei nº 11.804, de 5 de novembro de 2008.	1341
2.14. Alienação Parental – Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010.	1341
2.15. Autorização de Viagens para o exterior de Crianças e adolescentes – Resolução CNJ nº 131, de 26 de maio de 2011.	1342
2.16. Autorização de viagem nacional para crianças e adolescentes – Resolução CNJ nº 295, de 13 de setembro de 2019.	1343

3. CASAMENTO E DIVÓRCIO 1345

3.1. Convenção sobre Consentimento para Casamento – Decreto nº 66.605, de 20 de maio de 1970.	1345
3.2. Efeitos civis do Casamento religioso – Lei nº 1.110, de 23 de maio de 1950.	1346
3.3. Casamento entre pessoas do mesmo sexo – Resolução CNJ nº 175, de 14 de maio de 2013.	1346
3.4. Casamento de diplomata com pessoa estrangeira – Lei nº 1.542, de 5 de janeiro de 1952.	1347
3.5. Exame médico na habilitação de casamento entre colaterais de terceiro grau – Lei nº 5.891, de 12 de junho de 1973.	1347
3.6. Dissolução da Sociedade Conjugal e do Casamento ("Lei do Divórcio") – Lei nº 6.515 de 26 de dezembro de 1977.	1347
3.7. Preparação para o casamento civil – Resolução CNJ nº 402, de 28 de junho de 2021.	1350

4. UNIÃO ESTÁVEL 1353

4.1. União Estável – Lei nº 9.278, de 10 de maio de 1996.	1353
4.2. Alimentos e Sucessão dos Companheiros – Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994.	1353

5. ÓBITO E MORTE PRESUMIDA 1354

5.1. Utilização de cadáver para pesquisa – Lei nº 8.501, de 30 de novembro de 1992.	1354
5.2. Doação e Transplante de órgãos – Lei nº 9.434, de 04 de fevereiro de 1997.	1354
5.3. Declaração de Óbito – Lei nº 11.976, de 7 de julho de 2009.	1357
5.4. Declaração de Óbito do Ministério da Saúde – coluna "CID" – Orientação CNJ nº 4, de 25 de junho de 2013.	1357

5.5. Expedição de Certidão de óbito nos estabelecimentos de saúde – Recomendação CNJ nº 18, de 2 de março de 2015.	1358
5.6. Banco de Dados de óbitos de pessoas não identificadas – Recomendação CNJ nº 19, de 25 de março de 2015.	1358
5.7. Lei da Anistia – Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.	1358
5.8. Desaparecidos Políticos – Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995.	1359
5.9. Morte presumida de servidor público – Decreto-lei nº 5.782, de 30 de agosto de 1943.	1360
5.10. Morte presumida de militar da Aeronáutica – Decreto-lei nº 6.239 de 3 de fevereiro de 1944.	1361
5.11. Vítimas da ditadura militar (retificação dos assentos de óbito) – Resolução CNJ nº 601, de 13 de dezembro 2024.	1361
5.12. Comunicação de registro de óbitos – Portaria Conjunta RFB/MPS/INSS nº 1.735, de 15 de dezembro de 2015.	1362
5.13. Recusa terapêutica por pacientes e objeção de consciência – Resolução CFM nº 2.232, de 17 de julho de 2019.	1363

6. CERTIDÕES E TRASLADOS 1365

6.1. Certidões de Nascimento, Casamento e Óbito – Decreto nº 7.231, de 14 de julho de 2010.	1365
6.2. Certidões em papel de Segurança – Provimento nº 14, de 29 de abril de 2011, da CNJ.	1365
6.3. Obrigatoriedade do Uso de Papel de Segurança – Provimento CNJ nº 15, de 15 de dezembro de 2011.	1366
6.4. Papel Segurança Unificado – Recomendação CNJ nº 6, de 2 de julho de 2012.	1367
6.5. Traslado de certidões emitidas no exterior – Resolução CNJ nº 155, de 16 de julho de 2012.	1367

7. AVERBAÇÕES E RETIFICAÇÕES 1370

7.1. Rito sumaríssimo para Retificações – Lei nº 3.764, de 25 de abril de 1960.	1370
7.2. Averbação da alteração do nome do genitor – Provimento CNJ nº 82, de 3 de julho de 2019.	1370

8. GRATUIDADE E CIDADANIA 1372

8.1. Gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania – Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996.	1372
8.2. Gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania – Lei nº 9.534, de 10 de dezembro de 1997.	1372
8.3. Registro Tardio de Nascimento (Isenção multa) – Lei nº 765, de 14 de julho de 1949.	1373

8.4. Registro Tardio de Nascimento (Gratuidade) – Lei nº 9.465, de 7 de julho de 1997.	1373
---	------

9. CENTRAIS ELETRÔNICAS 1374

9.1. Sistemas de Informações sobre óbitos e nascidos vivos – Portaria MS/SVS nº 116, de 11 de fevereiro de 2009.	1374
9.2. Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (envio de dados) – Resolução CGSIRC nº 1, de 9 de julho de 2015.	1379
9.3. Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (compartilhamento de dados) – Resolução CGSIRC nº 04, de 28 de maio de 2019.	1380
9.4. Sistema Nacional de Informações de Registro Civil prazos e informações prestadas) – Recomendação CNJ nº 40, de 2 de julho de 2019.	1382
9.5. Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc) – Decreto nº 9.929, de 22 de julho de 2019. .	1383
9.6. Descumprimento do art. 68 da Lei nº 8.212 pelos Titulares de RCPN – Instrução Normativa INSS nº 116, de 5 de maio de 2021.	1385
9.7. Regras de condutas de acesso ao SIRC – Portaria INSS nº 901, de 20 de maio de 2021.	1387

TOMO II

Parte VI: Registro Civil de Pessoas Jurídicas e de Títulos e Documentos

1. PESSOAS JURÍDICAS 1443

1.1. Partidos Políticos – Lei nº 9.096 de 19 de setembro de 1995.	1443
1.2. Partidos Políticos (criação, organização, fusão, incorporação e extinção) – Resolução TSE nº 23.571, de 29 de maio de 2018.	1453
1.3. Federações de partidos políticos – Resolução TSE nº 23.670, de 14 de dezembro de 2021.	1464
1.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.	1466
1.5. Organizações da sociedade civil (regime de parceria com a Administração Pública) – Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.	1469
1.6. Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil – Decreto nº 7.107, de 11 de fevereiro de 2010.	1482
1.7. Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES) – Lei nº 12.881, de 12 novembro de 2013.	1484
1.8. Associações de moradores (registro adaptação estatutária ao CC/02) – Lei nº 12.879, de 05 de novembro de 2013.	1486
1.9. Sociedades unipessoais de advocacia – Provimento CFOAB nº 170, de 24 de fevereiro de 2016.	1486

1.10. Empresas juniores – Lei nº 13.267, de 06 de abril de 2016.	1487
---	------

2. REGISTRO E CADASTROS DE PESSOAS JURÍDICAS 1490

2.1. Registro civil das pessoas jurídicas – Decreto-Lei nº 9.085, de 25 de março de 1946.	1490
2.2. Cadastro Geral de Pessoas Jurídicas no Ministério da Fazenda – Lei nº 4.503, de 30 de novembro de 1964.	1490

3. REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS (RTD) 1493

3.1. Compra e Venda com Reserva de Domínio – Decreto-Lei nº 1.027, de 02 de janeiro de 1939.	1493
3.2. Contratos de depósito (prazo) – Lei nº 2.313, de 3 de setembro de 1954.	1493
3.3. Alienação fiduciária (procedimento) – Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969.	1493
3.4. Alienação fiduciária e arrendamento mercantil de veículos (facultatividade do registro) – Provimento CNJ nº 27, de 12 de dezembro de 2012.	1496
3.5. Penhor sobre créditos garantidos por hipoteca ou penhor – Decreto nº 24.778, de 14 de julho de 1934.	1497
3.6. Arrendamento mercantil de veículo automotivo (leasing) – Lei nº 11.649, de 4 de abril de 2008.	1497

Parte VII: Registro de Imóveis

1. IMÓVEL RURAL 1501

1.1. Matrícula e Registro de Imóveis Rurais – Lei nº 6.739, de 5 de dezembro de 1979.	1501
1.2. Memorial descritivo de imóveis rurais (certificação da poligonal) – Instrução Normativa INCRA nº 77, de 23 de agosto de 2013.	1502
1.3. Identificação do imóvel rural objeto de ação judicial (situações e prazos) – Decreto nº 5.570, de 31 de outubro de 2005.	1503
1.4. Desmembramento do Imóvel Rural – Decreto nº 62.504, de 8 de abril de 1968.	1504
1.5. Dispensa da anuência dos confrontantes – Recomendação CNJ nº 41, de 2 de julho de 2019.	1505

2. REFORMA AGRÁRIA E COLONIZAÇÃO 1507

2.1. Colonização e Acesso à Propriedade Rural – Decreto nº 59.428, de 30 de dezembro de 1966.	1507
2.2. Reforma Agrária – Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.	1516

2.3. Programa Nacional de Reforma Agrária (famílias beneficiárias) – Decreto nº 9.311, de 15 de março de 2018.	1523
2.4. Programa Nacional de Reforma Agrária (concessão de créditos de instalação) – Decreto nº 11.586, de 28 de junho de 2023.	1530
2.5. Aquisição de Imóveis Rurais para fins de reforma agrária – Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992... 1534	
2.6. Fundo de Terras e da Reforma Agrária (Banco da Terra) – Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998.	1535
2.7. Liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária – Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014.	1537
2.8. Imóveis rurais para assentamento de trabalhadores rurais – Instrução Normativa INCRA nº 83, de 30 de julho de 2015.	1542
2.9. Programa Terra da Gente – Decreto nº 11.995, de 15 de abril de 2024.	1548

3. USUCAPIÃO, POSSE E OCUPAÇÃO 1552

3.1. Usucapião Especial (imóveis rurais) – Lei nº 6.969, de 10 de dezembro de 1981.	1552
3.2. Usucapião extrajudicial (Representação da União) – Portaria Conjunta AGU/SPU nº 1, de 15 de fevereiro de 2017.	1553
3.3. Regularização de Posse em terrenos da União – Lei nº 2.185, de 11 de fevereiro de 1954.	1553
3.4. Imissão na Posse em imóveis residenciais urbanos – Decreto-Lei nº 1.075, de 22 de janeiro de 1970... 1554	
3.5. Ocupação Provisória de Imóveis sujeitos à pesquisa e lavra – Decreto-Lei nº 1.865, de 26 de fevereiro de 1981.	1554
3.6. Sistema de Gestão Fundiária para situações de Usucapião – Nota Técnica INCRA nº 3.448, de 25 de outubro de 2021.	1555

4. DESAPROPRIAÇÃO E EXPROPRIAÇÃO 1557

4.1. Desapropriação por Interesse Social – Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962.	1557
4.2. Desapropriações por utilidade pública – Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.	1557
4.3. Desapropriação por Utilidade Pública – Lei nº 6.602, de 07 de dezembro de 1978.	1562
4.4. Desapropriações no Nordeste (liquidação) – Lei nº 4.519, de 2 de dezembro de 1964.	1562
4.5. Procedimento do Contraditório para Desapropriação – Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993. .	1563
4.6. Expropriação de glebas usadas para culturas ilegais de plantas psicotrópicas – Lei nº 8.257, de 26 de novembro de 1991.	1565

4.7. Expropriação de glebas usadas para culturas ilegais de plantas psicotrópicas (regulamento) – Decreto nº 577, de 24 de junho de 1992.	1566
--	------

5. IMÓVEIS PÚBLICOS 1567

5.1. Bens Imóveis da União – Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946.	1567
5.2. Bens Imóveis da União (regularização, administração, aforamento e alienação) – Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998.	1582
5.3. Bens Imóveis da União (regulamento) – Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001.	1595
5.4. Bens Imóveis da União (administração, alienação, gestão, fundos) – Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015.	1599
5.5. Alienação de Imóveis da União e da Administração Federal Indireta – Lei nº 6.987, de 13 de abril de 1982. .	1604
5.6. Alienação de Bens Imóveis residenciais da União – Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990.	1605
5.7. Gestão e alienação dos imóveis da União – Lei nº 14.011, de 10 de junho de 2020.	1606
5.8. Transferência de terras da União aos Estados ou Territórios – Decreto nº 95.956, de 22 de abril de 1988.	1611
5.9. Transferência de Terras Públicas – Decreto nº 96.084, de 23 de maio de 1988.	1612
5.10. Registro de Bens Imóveis da União – Lei nº 5.972, de 11 de dezembro de 1973.	1612
5.11. Foros, Laudêmios e Taxas de ocupação de imóveis da União – Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987.	1613
5.12. Foros, Laudêmios e Taxas de ocupação de imóveis da União (regulamento) – Decreto nº 95.760, de 1º de março de 1988.	1615
5.13. Foros, Laudêmios e Taxas de ocupação de imóveis da União (regulamento) – Decreto nº 9.354, de 25 de abril de 2018.	1616
5.14. Foros e laudêmios (dispensa aos titulares do domínio útil dos imóveis da União) – Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981.	1616
5.15. Valor do domínio pleno do terreno (limites reajuste) – Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016.	1617
5.16. Parcelamento e a remissão de dívidas patrimoniais com a União – Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015.	1617
5.17. Terras Públicas – Decreto nº 2.375, de 24 de novembro de 1987.	1621
5.18. Gleba Pública Federal na Amazônia Legal (averbação descrição) – Orientação CNJ nº 5, de 4 de novembro de 2013.	1622

5.19. Imóveis residenciais do INCRA no âmbito da Amazônia Legal (procedimento para venda direta) – Instrução normativa INCRA nº 91, de 3 de outubro de 2018.....	1622
5.20. Concessão de uso especial para fins de moradia – Medida Provisória nº 2.220, de 04 de setembro de 2001.....	1624
5.21. Demolição de imóveis da União – Instrução Normativa ME/SPU nº 208, de 29 de outubro de 2019.....	1625
5.22. Programa de Democratização de Imóveis da União – Decreto nº 11.929, de 26 de fevereiro de 2024.....	1627

6. TERRAS DEVOLUTAS E FAIXAS DE FRONTEIRA 1630

6.1. Discriminação de Terras Devolutas – Lei nº 6.383, de 7 de dezembro de 1976.....	1630
6.2. Transferência de domínio útil dos terrenos da marinha (Isenção de laudêmio) – Decreto-Lei nº 1.850, de 15 de janeiro de 1981.....	1632
6.3. Faixa de Fronteira – Lei nº 6.634, de 02 maio de 1979.....	1632
6.4. Faixa de Fronteira (regulamento) – Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980.....	1633
6.5. Ratificação de alienações e concessões de terras públicas nas faixas de fronteira – Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.....	1637

7. TERRAS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS 1639

7.1. Demarcação de Terras Indígenas (procedimento administrativo) – Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.....	1639
7.2. Demarcação de terras quilombolas (procedimentos) – Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.....	1640
7.3. Demarcação de terras quilombolas (procedimentos) – Instrução Normativa INCRA nº 57, de 20 de outubro de 2009.....	1642
7.4. Licenciamento ambiental em terras quilombolas – Instrução Normativa INCRA nº 111, de 22 de dezembro de 2021.....	1646

8. AQUISIÇÃO DE IMÓVEL POR ESTRANGEIRO 1651

8.1. Aquisição de Imóvel Rural por Estrangeiro – Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971.....	1651
8.2. Aquisição de Imóvel Rural por Estrangeiro (regulamento) – Decreto nº 74.965, de 26 de novembro de 1974.....	1652
8.3. Aquisição e arrendamento de imóvel rural por estrangeiro – Instrução Normativa INCRA nº 88, de 13 de dezembro de 2017.....	1654

8.4. Aquisição de imóveis para residência de agentes diplomáticos – Lei nº 4.331, de 1º de junho de 1964.....	1661
---	------

9. IMÓVEIS URBANOS 1663

9.1. Parcelamento do Solo Urbano – Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.....	1663
9.2. Loteamento e Venda de Terrenos em prestações – Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937.....	1672
9.3. Loteamento e Venda de Terrenos em prestações (regulamento) – Decreto nº 3.079, de 15 de setembro de 1938.....	1675
9.4. Compromisso de compra e venda (inadimplemento) – Decreto-Lei nº 745, de 7 de agosto de 1969.....	1679
9.5. Loteamento Urbano, concessão de uso e espaço aéreo – Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967.....	1679
9.6. Condomínio e Incorporações – Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.....	1680
9.7. Patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias – Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004.....	1695
9.8. Patrimônio de Afetação nas Incorporações Imobiliárias (alteradora) – Lei nº 12.024, de 27 de agosto de 2009.....	1707
9.9. Locação de Imóveis Urbanos – Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991.....	1710
9.10. Arrendamento Residencial com opção de compra – Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001.....	1719

10. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA 1722

10.1. Regularização fundiária rural e urbana – Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.....	1722
10.2. Regularização Fundiária urbana e alienação de bens da União – Decreto nº 9.310, de 15 de março de 2018.....	1749
10.3. Lei do Programa Minha Casa Minha Vida – Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.....	1766
10.4. Programa Minha Casa, Minha Vida (regulamento) – Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023.....	1777
10.5. Regularização fundiária de interesse social em imóveis da União – Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007.....	1790
10.6. Regularização fundiária urbana de terras públicas – Instrução Normativa INCRA nº 142, de 28 de maio de 2024.....	1795
10.7. Registro da regularização fundiária urbana – Provimento CNJ nº 44, de 18 de março de 2015.....	1798
10.8. Programa Minha Casa, Minha Vida (regulamento) – Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011.....	1801
10.9. Regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal – Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009.....	1805

10.10. Regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal (regulamento) – Decreto nº 7.341, de 22 de outubro de 2010.....	1811
10.11. Regularização fundiária rural (regulamento) – Decreto nº 10.592, de 24 de dezembro de 2020. ..	1813
10.12. Regularização fundiária rural – Instrução Normativa INCRA nº 104, de 29 de janeiro de 2021.	1820
10.13. Lei das Ferrovias – Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021.....	1827
10.14. Exploração de ferrovias mediante outorga por autorização – Portaria MINFRA nº 131, de 14 de outubro de 2021.....	1837
10.15. Atos contra a administração pública (responsabilização de PJs) – Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.	1840
10.16. Programa Permanente de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - Provimento CNJ nº 144, de 25 de abril de 2023.	1843

11. GARANTIAS E FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO

1846

11.1. Sistema de Financiamento Imobiliário e Alienação fiduciária – Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997... ..	1846
11.2. Marco Legal das Garantias – Lei nº 14.711, de 30 de outubro de 2023.	1853
11.3. Financiamento de Bens Imóveis – Lei nº 5.741, de 1 de dezembro de 1971.	1863
11.4. Banco Nacional de Habitação (BNH) – Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.	1864
11.5. Construção Civil e Sistema Financeiro da Habitação – Lei nº 4.864 de 29 de novembro de 1965.....	1872
11.6. Fundação Habitacional do Exército – Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980.....	1876
11.7. Transferência de Financiamento no SFH – Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990.	1879
11.8. Planos de Reajustamento e saldos devedores nos contratos do SFH – Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993.	1881
11.9. Programa de Subsídio à Habitação – Lei nº 10.998, de 15 de dezembro de 2004.	1884
11.10. Fundo de Investimento Imobiliário – Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993.....	1884
11.11. Novação de Dívidas e Fundo de Compensação de Variações Salariais – Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.	1887

12. RESTRIÇÕES À PROPRIEDADE

1895

12.1. Bem de Família legal (Impenhorabilidade) – Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990.	1895
12.2. Subrogação de imóveis gravados ou inalienáveis – Decreto-Lei nº 6.777, de 8 de agosto de 1944.	1895

12.3. Averbação pré-executória (Programa de Regularização Tributária Rural) – Lei nº 13.606 de 9 de janeiro de 2018.	1896
12.4. Averbação pré-executória (Programa de Regularização Tributária Rural) – Portaria PGFN nº 29 de 12 de janeiro de 2018.	1904
12.5. Sequestro de Bens de Indiciados – Decreto-Lei nº 3.240, de 8 de Maio de 1941.....	1909
12.6. Arrolamento de bens no processo administrativo de créditos tributários da União – Decreto nº 4.523, de 17 de dezembro de 2002.....	1909
12.7. Gravames e ônus sobre ativos financeiros e valores mobiliários – Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017.	1910
12.8. Fraude contra credores – Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	1912
12.9. Impenhorabilidade de bens de hospitais filantrópicos e Santas Casas de Misericórdia – Lei nº 14.334, de 10 de maio de 2022.....	1929
12.10. Bens para constrição patrimonial (pesquisa de dados e busca) – Resolução CNJ nº 584, de 27 de setembro de 2024.	1930

13. CADASTROS IMOBILIÁRIOS

1931

13.1. Sistema Nacional de Cadastro Rural – Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972.	1931
13.2. Sistema Nacional de Cadastro Rural (regulamento) – Decreto nº 72.106, de 18 de abril de 1973.....	1932
13.3. Cadastro Ambiental Rural – Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012.....	1937
13.4. Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR (regulamento) – Decreto nº 4.449, de 30 de outubro de 2002.	1941
13.5. Cadastro Nacional de Bens Imóveis da União – Decreto nº 99.672, de 6 de novembro de 1990.	1943
13.6. Sistema Nacional de Cadastro Rural (atualização cadastral) – Instrução normativa INCRA nº 82, de 27 de março de 2015.	1943
13.7. Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR). – Instrução Normativa Conjunta RFB/INCRA nº 1.968, de 22 de julho de 2020.	1946

14. CENTRAIS ELETRÔNICAS

1948

14.1. Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais – Decreto nº 11.208, de 26 de setembro de 2022.	1948
14.2. Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI) – Provimento CNJ nº 89, de 18 de dezembro de 2019.	1950
14.3. Receita do fundo para implementação e custeio do SREI – Provimento CNJ nº 115, de 24 de março de 2021.	1954

14.4. Universalização do acesso ao Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI) (prazo) – Provimento CNJ nº 124, de 7 de dezembro de 2021.....	1955
14.5. Código Nacional de Matrícula (CNM) – Provimento CNJ nº 143, de 25 de abril de 2023.....	1956
14.6. Central Nacional de Indisponibilidade (CNIB) – Provimento CNJ nº 39, de 25 de julho de 2014.....	1957

Parte VIII: Outras Serventias

1. OFÍCIO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO 1965

1.1. Certidões expedidas pelos Ofícios do Registro de Distribuição e Distribuidores Judiciais – Lei nº 11.971, de 6 de julho de 2009.....	1965
---	------

2. TABELIONATO E OFÍCIO DE REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS 1966

2.1. Tribunal marítimo – Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954.....	1966
2.2. Tribunal marítimo (alteradora) – Lei nº 5.056, de 29 de junho de 1966.....	1976
2.3. Registro da propriedade marítima – Lei nº 7.652, de 3 de fevereiro de 1988.....	1978

3. REGISTRO DE EMPRESAS 1982

3.1. Registro Público de Empresas Mercantis – Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994.....	1982
3.2. Registro Público de Empresas Mercantis (regulamento) – Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996.....	1987
3.3. Registro de Empresas nas entidades fiscalizadoras – Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980.....	1999
3.4. Escrituração e livros mercantis – Decreto-lei nº 486, de 3 de março de 1969.....	1999
3.5. Escrituração e livros mercantis (regulamento) – Decreto nº 64.567, de 22 de maio de 1969.....	2000
3.6. Chancela Mecânica para Autenticação de Títulos ou Certificados – Lei nº 5.589, de 3 de julho de 1970.....	2001
3.7. Assembleias e as reuniões de sociedades – Lei nº 14.030, de 28 de julho de 2020.....	2002
3.8. Cooperativas Sociais – Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999.....	2003

Parte IX: Legislação Complementar

1. LEGISLAÇÃO CIVIL ESPECIAL 2007

1.1. “Lei da Usura” (Juros dos contratos) – Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933.....	2007
1.2. Atualização monetária e juros (alteradora) – Lei nº 14.905, de 28 de junho de 2024.....	2008

1.3. Distribuição Gratuita de Prêmios – Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971.....	2008
1.4. Distribuição Gratuita de Prêmios (regulamento) – Decreto nº 70.951, de agosto de 1972.....	2013
1.5. Fundo de Defesa de Direitos Difusos – Decreto nº 1.306, de 9 de novembro de 1994.....	2020
1.6. Lei de Biossegurança – Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005.....	2021
1.7. Lei de proteção à propriedade intelectual – Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.....	2027
1.8. Propriedade intelectual de programa de computador – Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998.....	2044
1.9. Lei de direitos autorais – Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.....	2045

2. DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO 2056

2.1. Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965 – Lei do Mercado de Capitais.....	2056
2.2. Dissolução de sociedades civis de fins assistenciais – Decreto-Lei nº 41, de 18 de novembro de 1966.....	2066
2.3. Política Nacional de Cooperativismo – Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.....	2066
2.4. Intervenção e Liquidação Extrajudicial – Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974.....	2076
2.5. Lei das Sociedade por Ações (LSA) – Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.....	2081
2.6. Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência – Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.....	2124
2.7. Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007.....	2157
2.8. Declaração de Direitos de Liberdade Econômica – Lei nº 13.874, de 20 de Setembro de 2019.....	2161
2.9. Facilitação para abertura de empresas – Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021.....	2168

3. DIREITO AGRÁRIO 2182

3.1. Direito Agrário – Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966.....	2182
3.2. Contratos agrários (regulamento) – Decreto nº 59.566, de 14 de novembro de 1966.....	2184
3.3. “Lei do Agro” – Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020.....	2192
3.4. Fórum Nacional de conflitos fundiários rurais e urbanos – Portaria CNJ nº 491, de 11 de março de 2009.....	2205
3.5. Emissão de Cédula de Produto Rural – Decreto nº 10.828, de 1º de outubro de 2021.....	2206

4. DIREITO AMBIENTAL**2207**

- 4.1. Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional – Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937..... 2207
- 4.2. Política Nacional do Meio Ambiente – Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981..... 2209
- 4.3. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. 2214
- 4.4. Bioma Mata Atlântica (utilização e proteção) – Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006..... 2221
- 4.5. Bioma Mata Atlântica (utilização e proteção – regulamento) – Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008..... 2226
- 4.6. Gestão de Florestas Públicas (Regulamento) – Decreto nº 12.046, de 5 de junho de 2024..... 2233
- 4.7. Cota de Reserva Ambiental (CRA) – Decreto nº 9.640, de 27 de dezembro de 2018..... 2239
- 4.8. Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais – Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021. 2243

5. DIREITO ADMINISTRATIVO**2247**

- 5.1. Improbidade Administrativa – Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992..... 2247
- 5.2. Lei anticorrupção – Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013..... 2255
- 5.3. Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021..... 2258
- 5.4. Concessão e permissão da prestação de serviços públicos – Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. 2296
- 5.5. Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal – Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999..... 2302
- 5.6. Licitação e Contratação de parceria público-privada – Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004..... 2307
- 5.7. Consórcios públicos (normas gerais de contratação) – Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005..... 2313
- 5.8. Sistema de Consórcio – Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008..... 2316

6. DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO**2321**

- 6.1. Administração Tributária – Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988..... 2321
- 6.2. Identificação dos contribuintes para fins fiscais – Lei nº 8.021, de 12 de abril de 1990..... 2321
- 6.3. Medida Cautelar Fiscal – Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992..... 2323
- 6.4. Sistema Monetário Nacional – Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995..... 2324
- 6.5. Legislação tributária federal – Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996..... 2332

- 6.6. Legislação tributária federal (alteradora) – Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997..... 2346
- 6.7. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – Decreto-Lei nº 57, de 18 de novembro de 1966..... 2355
- 6.8. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – Lei nº 8.847, de 28 de janeiro de 1994..... 2356
- 6.9. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (pagamento TDA) – Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996..... 2356
- 6.10. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (regulamento) – Decreto nº 4.382, de 19 de setembro de 2002..... 2360
- 6.11. Arrendamento mercantil (tratamento tributário) – Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974..... 2369
- 6.12. Tratamento tributário da empresa individual nas atividades imobiliárias – Decreto-Lei nº 1.381, de 23 de dezembro de 1974..... 2371
- 6.13. Zonas de Processamento de Exportação – Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007..... 2373
- 6.14. Imposto sobre a renda de ganho de capital sobre alienação – Lei nº 13.259, de 16 de março de 2016... 2379
- 6.15. Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física (CAEPF) – Instrução Normativa RFB nº 1828, de 10 de setembro de 2018..... 2380
- 6.16. Pessoas reguladas pelo COAF (terrorismo e seu financiamento) – Resolução COAF nº 31, de 7 de junho de 2019..... 2382
- 6.17. Pessoas reguladas pelo COAF (expostas politicamente) – Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021..... 2383

7. SEGURIDADE SOCIAL**2385**

- 7.1. Lei Orgânica da Seguridade Social – Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991..... 2385
- 7.2. Regulamento da Previdência Social (excertos) – Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999..... 2404
- 7.3. Regime de Previdência Complementar (excertos) – Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001... 2420
- 7.4. Prova de quitação para com a Previdência Social (dispensa) – Decreto-lei nº 1.958, de 9 de setembro de 1982..... 2423
- 7.5. Situação, perante a Previdência Social, da construção residencial unifamiliar – Decreto-Lei nº 1.976, de 20 de dezembro de 1982..... 2424

8. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL**2425**

- 8.1. Lei das Contravenções Penais – Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941..... 2425
- 8.2. Crimes de preconceito de raça ou de cor – Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989..... 2429
- 8.3. Crimes hediondos – Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990..... 2430

8.4. Crimes contra a ordem tributária, econômica e as relações de consumo – Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990.	2431
8.5. Crimes contra a ordem econômica – Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991.	2433
8.6. Crimes de Tortura – Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997.	2434
8.7. Crimes Ambientais – Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.	2434
8.8. Crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores – Lei nº 9.613 de 3 de março de 1998.	2441
8.9. Violência doméstica e familiar (Lei Maria da Penha) – Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.	2445
8.10. Violência doméstica (sigilo) – Lei nº 14.857, de 21 de maio de 2024.	2451
8.11. Lei de Tóxicos – Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.	2451
8.12. Crime Organizado – Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013.	2463
8.13. Prisão especial – Lei nº 5.256, de 6 de abril de 1967.	2467
8.14. Lei de Execução Penal – Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.	2468
8.15. Prisão temporária – Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989.	2483
8.16. Investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia – Lei nº 12.830, de 20 de junho de 2013.	2484

9. LEGISLAÇÃO PROCESSUAL ESPECIAL 2485

9.1. Ação Popular – Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965.	2485
9.2. Ação civil pública – Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.	2487
9.3. Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Estadual – Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.	2489
9.4. Lei da Arbitragem – Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.	2495
9.5. Habeas data – Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997.	2499
9.6. Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal – Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001.	2500
9.7. Súmula vinculante (edição, revisão e cancelamento) – Lei nº 11.417, de 19 de dezembro de 2006.	2502
9.8. Mandados de injunção individual e coletivo – Lei nº 13.300, de 23 de junho de 2016.	2503
9.9. Política Judiciária Nacional – Resolução CNJ nº 125, de 29 de novembro de 2010.	2504

10. DIREITO INTERNACIONAL E MIGRAÇÃO 2509

10.1. Convênio de Cooperação Judiciária com o Reino da Espanha (promulgação) – Decreto nº 166, de 3 de julho de 1991.	2509
10.2. Pacto de São José da Costa Rica (promulgação) – Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992.	2509
10.3. Tratado sobre Cooperação Judiciária com a República Italiana (promulgação) – Decreto nº 862, de 9 de julho de 1993.	2509
10.4. Convenção Interamericana sobre Normas Gerais de D. Int. Privado (promulgação) – Decreto nº 1.979, de 9 de agosto de 1996.	2510
10.5. Estatuto da Conferência da Haia de D. Int. Privado (promulgação) – Decreto nº 3.832, de 1º de junho de 2001.	2510
10.6. Convenção Interamericana para a Eliminação de Discriminação contra Deficientes (promulgação) – Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001.	2510
10.7. Acordo de Cooperação Civil com a República Francesa (promulgação) – Decreto nº 3.598, de 12 de setembro de 2002.	2510
10.8. Acordo de Cooperação entre o Mercosul, a Bolívia e o Chile (promulgação) – Decreto nº 6.891, de 2 de julho de 2009.	2511
10.9. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) (aprovação) – Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009.	2511
10.10. Convenção de Haia (promulgação) – Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016.	2512
10.11. Lei de Migração – Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.	2512
10.12. Lei de Migração (regulamento) – Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.	2523
10.13. Sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas – Lei nº 13.810, de 8 de março de 2019.	2554

Anexo

1. SÚMULAS 2561

1.1. Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal (STF)	2561
1.2. Súmulas do Supremo Tribunal Federal (STF) ...	2563
1.3. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça (STJ)....	2578

2. ENUNCIADOS E ORIENTAÇÕES 2593

2.1. Enunciados das Jornadas de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal (CJF)	2593
2.2. Enunciados Das Jornadas de Direito Comercial do Conselho da Justiça Federal (CJF).....	2616

2.3. Enunciados da Jornada de Direito Notarial e Registral do Conselho da Justiça Federal (CJF)	2620
2.4. Enunciados das Jornadas de Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios do Conselho da Justiça Federal (CJF)	2623
2.5. Enunciados do Colégio Notarial do Brasil/CF... ..	2631
2.6. Orientações Sobre Práticas Notariais e de Registro da Escola Nacional de Direito Notarial e de Registros – ENNOR	2632
2.7. Recomendações para as Câmaras Nacionais e os Conselhos Nacionais dos Notariados Membros da UINL	2633

ÍNDICE REMISSIVO ALFABÉTICO	2636
------------------------------------	-------------

ÍNDICE CRONOLÓGICO

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Constituição Federal, de 5 de Outubro de 1988.53
 ↳ Constituição Federal.

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)126
 ↳ Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)

CÓDIGOS

Lei nº 556, de 25 de junho de 1850.475
 ↳ Código Comercial.

Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916.305
 ↳ Código Civil dos Estados Unidos do Brasil.

Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940.520
 ↳ Código Penal.

Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.566
 ↳ Código de Processo Penal (CPP)

Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.624
 ↳ Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.505
 ↳ Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.169
 ↳ Institui o Código Civil.

Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.642
 ↳ Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.377
 ↳ Código de Processo Civil.

ESTATUTOS

Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.661
 ↳ Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.680
 ↳ Dispõe sobre o Estatuto do Índio.

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.684
 ↳ Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.719
 ↳ Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.809
 ↳ Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.

Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.732
 ↳ Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.739
 ↳ Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022).

Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.....	748
↳ Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.	
Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.....	777
↳ Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.	
Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.....	783
↳ Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.	
Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015.....	812
↳ Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências.	
Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.....	788
↳ Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).	
Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.....	804
↳ Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei no 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei no 12.662, de 5 de junho de 2012.	
Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.....	815
↳ Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	
Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.....	831
↳ Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	

DECRETOS-LEI

Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.....	2207
↳ Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.	
Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937.....	1672
↳ Dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações.	
Decreto-Lei nº 1.003, de 29 de dezembro de 1938.....	1305
↳ Dispõe sobre o penhor agrícola e das outras providências.	
Decreto-Lei nº 1.027, de 02 de janeiro de 1939.....	1493
↳ Dispõe sobre o registro de contratos de compra e venda com reserva de domínio.	
Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940.....	520
↳ Código Penal.	
Decreto-Lei nº 3.200, de 19 de abril de 1941.....	1316
↳ Dispõe sobre a organização e proteção da família.	
Decreto-Lei nº 3.240, de 8 de Maio de 1941.....	1909
↳ Sujeita a sequestro os bens de pessoas indiciadas por crimes de que resulta prejuízo para a fazenda pública, e outros	
Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.....	1557
↳ Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública	
Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941.....	2351
↳ Lei das Contravenções Penais.	
Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942.....	149
↳ Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. (Redação dada pela Lei nº 12.376, de 2010)	
Decreto-lei nº 5.782, de 30 de agosto de 1943.....	1360
↳ Regula a situação do servidor do Estado desaparecido em naufrágio, acidente, ou em qualquer ato de guerra ou de agressão à soberania nacional.	

Decreto-lei nº 6.239 de 3 de fevereiro de 1944.	1361
↳ Regula a situação referente aos militares da Aeronáutica que se invalidarem para o serviço militar em consequência de atos de agressão do inimigo e a dos desaparecidos em aeronaves durante o voo.	
Decreto-Lei nº 6.777, de 8 de agosto de 1944.	1895
↳ Dispõe sobre a subrogação de imóveis gravados ou inalienáveis.	
Decreto-Lei nº 9.085, de 25 de março de 1946.	1490
↳ Dispõe sobre o registro civil das pessoas jurídicas	
Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946.	1567
↳ Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências	
Decreto-Lei nº 41, de 18 de novembro de 1966.	2066
↳ Dispõe sobre a dissolução de sociedades civis de fins assistenciais.	
Decreto-Lei nº 57, de 18 de novembro de 1966.	2355
↳ Altera dispositivos sobre lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, institui normas sobre arrecadação da Dívida Ativa correspondente, e dá outras providências.	
Decreto-Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966.	1296
↳ Autoriza o funcionamento de associações de poupança e empréstimo, institui a cédula hipotecária e dá outras providências.	
Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967.	1679
↳ Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador concessão de uso e espaço aéreo e dá outras providências.	
Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967.	1273
↳ Dispõe sobre títulos de crédito rural e dá outras providências.	
Decreto-Lei nº 413, de 9 de janeiro de 1969	1290
↳ Dispõe sobre títulos de crédito industrial e dá outras providências.	
Decreto-lei nº 486, de 3 de março de 1969.	1999
↳ Dispõe sobre escrituração e livros mercantis e dá outras providências.	
Decreto-Lei nº 745, de 7 de agosto de 1969.	1679
↳ Dispõe sobre os contratos a que se refere o art. 22 do Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937, e dá outras providências.	
Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969.	1493
↳ Altera a redação do art. 66, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária e dá outras providências.	
Decreto-Lei nº 1.075, de 22 de janeiro de 1970.	1554
↳ Regula a imissão de posse, initio litis, em imóveis residenciais urbanos	
Decreto-Lei nº 1.381, de 23 de dezembro de 1974.	2371
↳ Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável à empresa individual nas atividades imobiliárias, e dá outras providências.	
Decreto-lei nº 1.537, de 13 de abril de 1977.	1036
↳ Isenta do pagamento de custas e emolumentos a pratica de quaisquer atos, pelos Ofícios e Cartórios de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos e de Notas, relativos às solicitações feitas pela União.	
Decreto-Lei nº 1.850, de 15 de janeiro de 1981.	1632
↳ Isenta de laudêmio as transferências do domínio útil de terrenos de marinha, destinados à construção de conjuntos habitacionais de interesse social.	
Decreto-Lei nº 1.865, de 26 de fevereiro de 1981.	1554
↳ Dispõe sobre a ocupação provisória de imóveis para pesquisa e lavra de substâncias minerais que contenham elementos nucleares.	
Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981.	1616
↳ Dispensa do pagamento de foros e laudêmios os titulares do domínio útil dos bens imóveis da União, nos casos que específica, e dá outras providência.	
Decreto-lei nº 1.958, de 9 de setembro de 1982.	2423
↳ Extingue o Certificado de Regularidade de Situação – CRS e o Certificado de Quitação – CQ, reduz os casos de exigência ,de prova de quitação para com a Previdência Social e dá outras providências.	

Decreto-Lei nº 1.976, de 20 de dezembro de 1982.	2424
↳ Dispõe sobre a situação, perante a Previdência Social, da construção residencial unifamiliar que indica e dá outras providências.	

Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987.	1613
↳ Dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União, e dá outras providências.	

LEIS COMPLEMENTARES

Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993.	1563
↳ Dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária.	

Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998.	1535
↳ Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra - e dá outras providências.	

Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.	154
↳ Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.	

Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.	2420
↳ Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.	

LEIS

Lei nº 492, de 30 de agosto de 1937.	1242
↳ Regula o penhor rural e a cédula pignoratícia.	

Lei nº 765, de 14 de julho de 1949.	1373
↳ Dispõe sobre o registro de nascimento.	

Lei nº 1.110, de 23 de maio de 1950.	1346
↳ Regula o reconhecimento dos efeitos civis ao casamento religioso.	

Lei nº 1.542, de 5 de janeiro de 1952.	1347
↳ Dispõe sobre o casamento de funcionários da carreira de Diplomata com pessoa de nacionalidade estrangeira.	

Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954.	1966
↳ Dispõe sobre o Tribunal Marítimo.	

Lei nº 2.185, de 11 de fevereiro de 1954.	1553
↳ Modifica a data de início da contagem do prazo para apresentação dos documentos e pedidos de regularização de posses de terrenos pertencentes ao domínio da União	

Lei nº 2.313, de 3 de setembro de 1954.	1493
↳ Dispõe sobre os prazos dos contratos de depósito regular e voluntário de bens de qualquer espécie, e dá outras providências.	

Lei nº 2.375, de 21 de dezembro de 1954.	1321
↳ Dispõe sobre a inscrição no Registro Público da emancipação por outorga do pai ou da mãe.	

Lei nº 2.666 de 06 de dezembro de 1955.	1305
↳ Dispõe sobre o penhor dos produtos agrícolas.	

Lei nº 3.764, de 25 de abril de 1960.	1370
↳ Estabelece rito sumaríssimo para retificações no registro civil.	

Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962.	1557
↳ Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.	

Lei nº 4.331, de 1º de junho de 1964.	1661
↳ Dispõe sobre a aquisição, por Governos estrangeiros, no Distrito Federal, de imóveis necessários à residência dos agentes diplomáticos das respectivas Missões Diplomáticas.	

Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.	1864
↳ Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.	

Lei nº 4.503, de 30 de novembro de 1964.	1490
↳ Institui, no Ministério da Fazenda, o cadastro geral de pessoas jurídicas, cria o Departamento de Arrecadação e dá outras providências.	
Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.	661
↳ Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.	
Lei nº 4.519, de 2 de dezembro de 1964.	1562
↳ Dispõe sobre a liquidação, por acôrdo, das desapropriações efetuadas no Nordeste e dá outras providências.	
Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.	1680
↳ Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.	
Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965.	2411
↳ Regula a ação popular.	
Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965.	2056
↳ Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.	
Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965.	1245
↳ Institucionaliza o crédito rural.	
Lei nº 4.864 de 29 de novembro de 1965.	1872
↳ Cria Medidas de estímulo à Indústria de Construção Civil.	
Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966.	2182
↳ Fixa Normas de Direito Agrário, Dispõe sobre o Sistema de Organização e Funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e dá outras Providências.	
Lei nº 5.056, de 29 de junho de 1966.	1976
↳ Modifica dispositivos da Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, alterada pela de nº 3.543, de 11 de fevereiro de 1959, que dispõe sobre o Tribunal Marítimo, e dá outras providências.	
Lei nº 5.433, de 08 de maio de 1968.	1015
↳ Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências.	
Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968.	1212
↳ Dispõe sobre as Duplicatas, e dá outras providências	
Lei nº 5.478, de 25 de Julho de 1968.	1339
↳ Dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências.	
Lei nº 5.589, de 3 de julho de 1970.	2001
↳ Autoriza a Utilização de Chancela Mecânica para Autenticação de Títulos ou Certificados e Cautelas de Ações e Debêntures das Sociedades Anônimas de Capital Aberto; Dá Nova Redação ao § 10 do art. 34 e ao art. 74 da Lei nº. 4.728, de 14 de julho de 1965; altera o art. 13 do Decreto-Lei nº. 401, de 30 de dezembro de 1968; Dá Nova Redação ao Inciso II do § 3º do art. 52 da Lei nº. 5.172, de 25 de outubro de 1966; Altera os artigos 88 e 129 do Decreto-Lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, e dá outras Providências.	
Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971.	1651
↳ Regula a Aquisição de Imóvel Rural por Estrangeiro Residente no País ou Pessoa Jurídica Estrangeira Autorizada a Funcionar no Brasil, e dá outras Providências.	
Lei nº 5.741, de 1º de dezembro de 1971.	1863
↳ Dispõe sobre a proteção do financiamento de bens imóveis vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação.	
Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.	2066
↳ Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.	
Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971.	2008
↳ Abre a legislação sobre distribuição gratuita de prêmios, mediante sorteio, vale-brinde ou concurso, a título de propaganda, estabelece normas de proteção à poupança popular, e dá outras providências.	
Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972.	1931
↳ Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências.	
Lei nº 5.891, de 12 de junho de 1973.	1347
↳ Altera normas sobre exame médico na habilitação de casamento entre colaterais de terceiro grau.	

Lei nº 5.972, de 11 de dezembro de 1973.	1612
↳ Regula o procedimento para o registro da propriedade de bens imóveis discriminados administrativamente ou possuídos pela União.	
Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.	680
↳ Dispõe sobre o Estatuto do Índio.	
Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.	847
↳ Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.	
Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974.	2076
↳ Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras, e dá outras providências.	
Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974.	2369
↳ Dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil e dá outras providências.	
Lei nº 6.268, de 24 de novembro de 1975.	1194
↳ Dispõe sobre a averbação do pagamento de títulos protestados, a identificação do devedor em títulos cambiais e duplicatas de fatura e dá outras providências.	
Lei nº 6.313, de 16 de dezembro de 1975.	1290
↳ Dispõe sobre títulos de crédito à exportação e dá outras providências.	
Lei nº 6.383, de 7 de dezembro de 1976.	1630
↳ Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União, e dá outras Providências.	
Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	2081
↳ Dispõe sobre as Sociedades por Ações.	
Lei nº 6.515 de 26 de dezembro de 1977.	1347
↳ Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências	
Lei nº 6.602, de 07 de dezembro de 1978.	1562
↳ Altera a redação da alínea i do artigo 5º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, e acrescenta parágrafos ao mesmo artigo.	
Lei nº 6.634, de 02 maio de 1979.	1632
↳ Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências.	
Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.	1358
↳ Concede anistia e dá outras providências.	
Lei nº 6.690, de 25 de setembro de 1979.	1194
↳ Disciplina o cancelamento de protesto de títulos cambiais, e dá outras providências.	
Lei nº 6.739, de 5 de dezembro de 1979.	1501
↳ Dispõe sobre a matrícula e o registro de imóveis rurais e dá outras providências.	
Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.	1663
↳ Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.	
Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980.	1231
↳ Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.	
Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980.	1999
↳ Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões.	
Lei nº 6.840, de 03 de novembro de 1980.	1294
↳ Dispõe sobre títulos de crédito comercial e dá outras providências.	
Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980.	1876
↳ Cria a Fundação Habitacional do Exército e dá outras providências.	
Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.	2209
↳ Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	
Lei nº 6.969, de 10 dezembro de 1981.	1552
↳ Dispõe Sobre a Aquisição, Por Usucapião Especial, de Imóveis Rurais, Altera a Redação do § 2º do art. 589 do Código Civil e dá outras providências.	

Lei nº 6.987, de 13 de abril de 1982.	1604
↳ Dispõe sobre a alienação de imóveis de propriedade da União e das entidades da Administração Federal Indireta, e dá outras providências.	
Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.	1172
↳ Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.	
Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983.	996
↳ Assegura validade nacional as Carteiras de Identidade regula sua expedição e dá outras providências.	
Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.	2468
↳ Institui a Lei de Execução Penal.	
Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.	2487
↳ Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências.	
Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985.	1206
↳ Dispõe sobre o cheque e dá outras providências.	
Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985.	1171
↳ Dispõe sobre os requisitos para a lavratura de escrituras públicas e dá outras providências.	
Lei nº 7.652, de 3 de fevereiro de 1988.	1978
↳ Dispõe sobre o registro da Propriedade Marítima e dá outras providências.	
Lei nº 7.684, de 2 de dezembro de 1988.	1296
↳ Estabelece as condições para emissão de Letras Hipotecárias.	
Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988.	2321
↳ Dispõe sobre formas de melhoria da administração tributária e dá outras providências.	
Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989.	2429
↳ Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.	
Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.	1157
↳ Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.	
Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989.	2483
↳ Dispõe sobre prisão temporária.	
Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990.	1879
↳ Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.	
Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990.	1895
↳ Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.	
Lei nº 8.021, de 12 de abril de 1990.	2321
↳ Dispõe sobre a identificação dos contribuintes para fins fiscais, e dá outras providências.	
Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990.	1605
↳ Dispõe sobre a alienação de bens imóveis residenciais de propriedade da União, e dos vinculados ou incorporados ao FRHB, situados no Distrito Federal, e dá outras providências.	
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.	684
↳ Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	
Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.	2430
↳ Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.	
Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990.	2431
↳ Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.	
Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.	1014
↳ Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.	
Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991.	2433
↳ Define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis.	

Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.	2385
↳ Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.	
Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.	505
↳ Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.	
Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991.	1710
↳ Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.	
Lei nº 8.257, de 26 de novembro de 1991.	1565
↳ Dispõe sobre a expropriação das glebas nas quais se localizem culturas ilegais de plantas psicotrópicas e dá outras providências.	
Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992.	2323
↳ Institui medida cautelar fiscal e dá outras providências.	
Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.	2247
↳ Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)	
Lei nº 8.501, de 30 de novembro de 1992.	1354
↳ Dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado, para fins de estudos ou pesquisas científica e dá outras providências.	
Lei nº 8.522, de 11 de dezembro de 1992.	1182
↳ Extingue taxas, emolumentos, contribuições, parcela da União das Custas e Emolumentos da Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências.	
Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992.	1321
↳ Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências.	
Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.	1516
↳ Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.	
Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993.	1884
↳ Dispõe sobre a constituição e o regime tributário dos Fundos de Investimento Imobiliário e dos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro); e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.130, de 2021).	
Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993.	1881
↳ Define planos de reajustamento dos encargos mensais e dos saldos devedores nos contratos de financiamentos habitacionais no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências.	
Lei nº 8.847, de 28 de janeiro de 1994.	2356
↳ Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e dá outras providências.	
Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.	719
↳ Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).	
Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994.	1279
↳ Institui a Cédula de Produto Rural, e dá outras providências.	
Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994.	1982
↳ Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências	
Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.	884
↳ Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro (Lei dos cartórios)	
Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994.	1353
↳ Regula o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão.	
Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.	2296
↳ Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.	
Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995.	1172
↳ Dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações.	
Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.	2324
↳ Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do REAL e os critérios para conversão das obrigações para o REAL, e dá outras providências.	
Lei nº 9.096 de 19 de setembro de 1995.	1443
↳ Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.	

Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.	2489
↳ Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.	
Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995.	1253
↳ Dispõe sobre o crédito rural, e dá outras providências.	
Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995.	1359
↳ Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências.	
Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996.	1319
↳ Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.	
Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996.	1372
↳ Regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.	
Lei nº 9.278, de 10 de maio de 1996.	1353
↳ Regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal.	
Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.	2027
↳ Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.	
Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.	2495
↳ Dispõe sobre a arbitragem.	
Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996.	2356
↳ Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária e dá outras providências.	
Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.	2332
↳ Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.	
Lei nº 9.434, de 04 de fevereiro de 1997.	1354
↳ Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências.	
Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997.	993
↳ Institui o número único de Registro de Identidade Civil e dá outras providências.	
Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997.	2434
↳ Define os crimes de tortura e dá outras providências.	
Lei nº 9.465, de 7 de julho de 1997.	1373
↳ Dispõe sobre fornecimento gratuito de registro extemporâneo de nascimento.	
Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.	809
↳ Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.	
Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997.	1189
↳ Define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências.	
Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997.	2499
↳ Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data.	
Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997.	1846
↳ Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.	
Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.	2346
↳ Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.	
Lei nº 9.534, de 10 de dezembro de 1997.	1372
↳ Dá nova redação ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, que trata da gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania; e altera os arts. 30 e 45 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre os serviços notariais e de registro.	

Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.....	2434
↳ Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.	
Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998.....	2044
↳ Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.	
Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.....	2045
↳ Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.	
Lei nº 9.613 de 3 de março de 1998.	2441
↳ Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências.	
Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998.	1582
↳ Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.	
Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.....	2302
↳ Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.	
Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.	1466
↳ Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.	
Lei nº 9.800, de 26 de maio de 1999.	1117
↳ Permite às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais.	
Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999.	994
↳ Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.	
Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999.	2003
↳ Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme específica.	
Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.	2214
↳ Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.	
Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000.	1159
↳ Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.	
Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.	1887
↳ Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS; altera o Decreto-Lei no 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nos 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências.	
Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000.	889
↳ Regula o § 2º do art. 236 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.	
Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001.	1719
↳ Cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências.	
Lei nº 10.200, de 14 de fevereiro de 2001.	1282
↳ Acresce e altera dispositivos da Lei no 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural, e dá outras providências.	
Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.....	732
↳ Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.	
Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001.....	2500
↳ Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.	

Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.	739
↳ Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022).	
Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004.	1695
↳ Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei no 911, de 1º de outubro de 1969, as Leis no 4.591, de 16 de dezembro de 1964, no 4.728, de 14 de julho de 1965, e no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências.	
Lei nº 10.998, de 15 de dezembro de 2004.	1884
↳ Altera o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social.	
Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004.	1284
↳ Dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário – CDA, o Warrant Agropecuário – WA, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio – LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA, dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.973, de 29 de maio de 2000, que dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários, 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural – CPR, 9.514, de 20 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário e institui a alienação fiduciária de coisa imóvel, e altera a Taxa de Fiscalização de que trata a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, e dá outras providências.	
Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.	2307
↳ Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.	
Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.	2124
↳ Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.	
Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005.	2021
↳ Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.	
Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.	2313
↳ Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.	
Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.	2445
↳ Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.	
Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.	2451
↳ Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.	
Lei nº 11.417, de 19 de dezembro de 2006.	2502
↳ Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.	
Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006.	1109
↳ Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências.	
Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006.	2221
↳ Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.	
Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007.	1790
↳ Dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências.	

Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007.	2373
↳ Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências.	
Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007.	2157
↳ Estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM; altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.715, de 22 de novembro de 1979, e das Leis nºs 7.711, de 22 de dezembro de 1988, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.906, de 4 de julho de 1994; e dá outras providências.	
Lei nº 11.630, de 26 de dezembro de 2007.	1020
↳ Institui o Dia Nacional do Notário e do Registrador.	
Lei nº 11.649, de 4 de abril de 2008.	1497
↳ Dispõe sobre procedimento na operação de arrendamento mercantil de veículo automotivo (leasing), e dá outras providências.	
Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.	1256
↳ Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário; altera as Leis nºs 11.322, de 13 de julho de 2006, 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 11.524, de 24 de setembro de 2007, 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 11.718, de 20 de junho de 2008, 8.427, de 27 de maio de 1992, 10.420, de 10 de abril de 2002, o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e a Lei nº 10.978, de 7 de dezembro de 2004; e dá outras providências.	
Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008.	2316
↳ Dispõe sobre o Sistema de Consórcio.	
Lei nº 11.802, de 4 de novembro de 2008.	1034
↳ Acrescenta § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências.	
Lei nº 11.804, de 5 de novembro de 2008.	1341
↳ Disciplina o direito a alimentos gravídicos e a forma como ele será exercido e dá outras providências.	
Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008.	1295
↳ Dispõe sobre as operações de redesconto pelo Banco Central do Brasil, autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil - LAM, altera a Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, e dá outras providências.	
Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009.	1805
↳ Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.	
Lei nº 11.971, de 6 de julho de 2009.	1965
↳ Dispõe sobre as certidões expedidas pelos Órgãos do Registro de Distribuição e Distribuidores Judiciais.	
Lei nº 11.976, de 7 de julho de 2009.	1357
↳ Dispõe sobre a Declaração de Óbito e a realização de estatísticas de óbitos em hospitais públicos e privados.	
Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.	1766
↳ Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de Lei nº 5.741, de 1 de dezembro de 1971.	
Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009.	1327
↳ Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.	
Lei nº 12.024, de 27 de agosto de 2009.	1707
↳ Dá nova redação aos arts. 4º, 5º e 8º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, que tratam de patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias; dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, atribui à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL as atribuições de apurar, constituir, fiscalizar e arrecadar a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública; altera as Leis nºs 11.196, de 21 de novembro de 2005, 11.652, de 7 de abril de 2008, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 6.099, de 12 de setembro de 1974, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e 11.941, de 27 de maio de 2009; e dá outras providências.	

Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009.	1003
↳ Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.	
Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.	777
↳ Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.	
Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010.	1341
↳ Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.	
Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.	1134
↳ Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.	
Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.	642
↳ Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012.	1309
↳ Assegura validade nacional à Declaração de Nascido Vivo - DNV, regula sua expedição, altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências.	
Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012.	1090
↳ Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.	
Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013.	1236
↳ Dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.715, de 25 de novembro de 1998, 11.828, de 20 de novembro de 2008, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.222, de 9 de maio de 2001, 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.110, de 25 de abril de 2005, 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e 9.514, de 20 de novembro de 1997; e revoga dispositivo da Lei nº 12.703, de 7 de agosto de 2012.	
Lei nº 12.830, de 20 de junho de 2013.	2484
↳ Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia.	
Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.	2255
↳ Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.	
Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013.	2463
↳ Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei no 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.	
Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.	783
↳ Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.	
Lei nº 12.879, de 05 de novembro de 2013.	1486
↳ Dispõe sobre a gratuidade dos atos de registro, pelas associações de moradores, necessários à adaptação estatutária à Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e para fins de enquadramento dessas entidades como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.	
Lei nº 12.881, de 12 novembro de 2013.	1484
↳ Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências.	
Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.	1113
↳ Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.	
Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014.	1537
↳ Dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária; concede remissão nos casos em que especifica; altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.844, de 19 de julho de 2013, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 12.806, de 7 de maio de 2013, 12.429, de 20 de junho de 2011, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 8.918, de 14 de julho de 1994, 10.696, de 2 de julho de 2003; e dá outras providências	

Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014..... 1469

↳ Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 14.12.2015)

Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015.....812

↳ Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências.

Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015..... 1912

↳ Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores; prorroga os benefícios previstos nas Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.440, de 14 de março de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 12.024, de 27 de agosto de 2009, e 12.375, de 30 de dezembro de 2010; altera o art. 46 da Lei no 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre a devolução ao exterior ou a destruição de mercadoria estrangeira cuja importação não seja autorizada; altera as Leis nos 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 12.973, de 13 de maio de 2014, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 6.634, de 2 de maio de 1979, 7.433, de 18 de dezembro de 1985, 11.977, de 7 de julho de 2009, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.074, de 7 de julho de 1995, 12.783, de 11 de janeiro de 2013, 11.943, de 28 de maio de 2009, 10.848, de 15 de março de 2004, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 12.850, de 2 de agosto de 2013, 5.070, de 7 de julho de 1966, 9.472, de 16 de julho de 1997, 10.480, de 2 de julho de 2002, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 6.530, de 12 de maio de 1978, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 8.080, de 19 de setembro de 1990, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 13.043, de 13 de novembro de 2014, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto-Lei no 745, de 7 de agosto de 1969, e o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 7.789, de 23 de novembro de 1989, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.973, de 13 de maio de 2014, 8.177, de 1º de março de 1991, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004 e 9.514, de 20 de novembro de 1997, e do Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941; e dá outras providências.

Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015..... 1617

↳ Altera os Decretos-Lei no 9.760, de 5 de setembro de 1946, no 2.398, de 21 de dezembro de 1987, a Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998, e o Decreto-Lei no 1.876, de 15 de julho de 1981; dispõe sobre o parcelamento e a remissão de dívidas patrimoniais com a União; e dá outras providências.

Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015..... 1026

↳ Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.....788

↳ Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015..... 1637

↳ Dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira; e revoga o Decreto-Lei no 1.414, de 18 de agosto de 1975, e a Lei no 9.871, de 23 de novembro de 1999.

Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015. 1599

↳ Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998, e os Decretos-Lei nos 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei no 13.139, de 26 de junho de 2015.

Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.804

↳ Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação

das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei no 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei no 12.662, de 5 de junho de 2012.	
Lei nº 13.259, de 16 de março de 2016.	2379
↳ Altera as Leis nos 8.981, de 20 de janeiro de 1995, para dispor acerca da incidência de imposto sobre a renda na hipótese de ganho de capital em decorrência da alienação de bens e direitos de qualquer natureza, e 12.973, de 13 de maio de 2014, para possibilitar opção de tributação de empresas coligadas no exterior na forma de empresas controladas; e regulamenta o inciso XI do art. 156 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.	
Lei nº 13.267, de 06 de abril de 2016.	1487
↳ Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior.	
Lei nº 13.300, de 23 de junho de 2016.	2503
↳ Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências.	
Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.	815
↳ Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	
Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016.	1617
↳ Limita o reajuste das receitas patrimoniais decorrentes da atualização da planta de valores, para efeito do cálculo do valor do domínio pleno do terreno a que se refere o § 1º do art. 1º do Decreto-Lei no 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e dá outras providências.	
Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017.	992
↳ Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN).	
Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.	2512
↳ Institui a Lei de Migração.	
Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.	1020
↳ Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.	
Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.	1722
↳ Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-Leis nºs 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências.	
Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017.	1910
↳ Altera a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, para dispor sobre a constituição de gravames e ônus sobre ativos financeiros e valores mobiliários objeto de registro ou de depósito centralizado, e a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015; e revoga dispositivo da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004.	
Lei nº 13.606 de 9 de janeiro de 2018.	1896
↳ Institui o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.870, de 15 de abril de 1994, 9.528, de 10 de dezembro de 1997, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 10.522, de 19 de julho de 2002, 9.456, de 25 de abril de 1997, 13.001, de 20 de junho de 2014, 8.427, de 27 de maio de 1992, e 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e dá outras providências.	
Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.	1140
↳ Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019)	
Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018.	1030
↳ Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação.	
Lei nº 13.775, de 20 de dezembro de 2018.	1215
↳ Dispõe sobre a emissão de duplicata sob a forma escritural; altera a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997; e dá outras providências.	

Lei nº 13.810, de 8 de março de 2019.	2554
↳ Dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados; e revoga a Lei nº 13.170, de 16 de outubro de 2015.	
Lei nº 13.874, de 20 de Setembro de 2019.	2161
↳ Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nos 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.	
Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020.	2192
↳ Institui o Fundo Garantidor Solidário (FGS); dispõe sobre o patrimônio rural em afetação, a Cédula Imobiliária Rural (CIR), a escrituração de títulos de crédito e a concessão de subvenção econômica para empresas cerealistas; altera as Leis nos 8.427, de 27 de maio de 1992, 8.929, de 22 de agosto de 1994, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 5.709, de 7 de outubro de 1971, 6.634, de 2 de maio de 1979, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.169, de 29 de dezembro de 2000, 11.116, de 18 de maio de 2005, 12.810, de 15 de maio de 2013, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 13.576, de 26 de dezembro de 2017, e o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967; revoga dispositivos das Leis nos 4.728, de 14 de julho de 1965, e 13.476, de 28 de agosto de 2017, e dos Decretos-Leis nos 13, de 18 de julho de 1966; 14, de 29 de julho de 1966; e 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.	
Lei nº 14.011, de 10 de junho de 2020.	1606
↳ Aprimora os procedimentos de gestão e alienação dos imóveis da União; altera as Leis n os 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 9.636, de 15 de maio de 1998, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 13.259, de 16 de março de 2016, e 10.204, de 22 de fevereiro de 2001, e o Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987; revoga dispositivos das Leis n os 9.702, de 17 de novembro de 1998, 11.481, de 31 de maio de 2007, e 13.874, de 20 de setembro de 2019; e dá outras providências.	
Lei nº 14.030, de 28 de julho de 2020.	2002
↳ Dispõe sobre as assembleias e as reuniões de sociedades anônimas, de sociedades limitadas, de sociedades cooperativas e de entidades de representação do cooperativismo durante o exercício de 2020; altera as Leis n os 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências.	
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.	1091
↳ Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos; e altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.	
Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021.	2243
↳ Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis n os 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política	
Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021.	1096
↳ Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.	
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.	2258
↳ Lei de Licitações e Contratos Administrativos.	
Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021.	2168
↳ Dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, sobre a proteção de acionistas minoritários, sobre a facilitação do comércio exterior, sobre o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira), sobre as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, sobre a profissão de tradutor e intérprete público, sobre a obtenção de eletricidade, sobre a desburocratização societária e de atos processuais e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); altera as Leis nºs 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 7.913, de 7 de dezembro de 1989, 12.546, de 14 de dezembro 2011, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.514, de 28 de outubro de 2011, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 4.886, de 9 de dezembro de 1965, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o Decreto-Lei nº 341, de 17 de março de 1938; e revoga as Leis nºs 2.145, de 29 de dezembro de 1953, 2.807, de 28 de junho de 1956, 2.815, de 6 de julho de 1956, 3.187, de 28 de junho de 1957, 3.227, de 27 de julho de 1957, 4.557, de 10 de dezembro de 1964, 7.409, de 25 de novembro de 1985, e 7.690, de 15 de dezembro de 1988, os Decretos nºs 13.609, de 21 de outubro de 1943, 20.256, de 20 de dezembro de 1945, e 84.248, de 28 de novembro de 1979, e os Decretos-Lei	

- nºs 1.416, de 25 de agosto de 1975, e 1.427, de 2 de dezembro de 1975, e dispositivos das Leis nºs 2.410, de 29 de janeiro de 1955, 2.698, de 27 de dezembro de 1955, 3.053, de 22 de dezembro de 1956, 5.025, de 10 de junho de 1966, 6.137, de 7 de novembro de 1974, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 9.279, de 14 de maio de 1996, e 9.472, de 16 de julho de 1997, e dos Decretos-Lei nºs 491, de 5 de março de 1969, 666, de 2 de julho de 1969, e 687, de 18 de julho de 1969; e dá outras providências.
- Lei nº 14.206, de 27 de setembro de 2021. 1103**
 ↳ Institui o Documento Eletrônico de Transporte (DT-e); e altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, a Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018, a Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001, a Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.
- Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021. 1827**
 ↳ Estabelece a Lei das Ferrovias; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.636, de 15 de maio de 1998, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.257, de 10 de julho de 2001, 10.636, de 30 de dezembro de 2002, 12.815, de 5 de junho de 2013, 12.379, de 6 de janeiro de 2011, e 13.448, de 5 de junho de 2017; e revoga a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973.
- Lei nº 14.334, de 10 de maio de 2022. 1929**
 ↳ Dispõe sobre a impenhorabilidade de bens de hospitais filantrópicos e Santas Casas de Misericórdia.
- Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022. 1120**
 ↳ Dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp); altera as Leis nºs 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 13.465, de 11 de julho de 2017; e revoga a Lei nº 9.042, de 9 de maio de 1995, e dispositivos das Leis nºs 4.864, de 29 de novembro de 1965, 8.212, de 24 de julho de 1991, 12.441, de 11 de julho de 2011, 12.810, de 15 de maio de 2013, e 14.195, de 26 de agosto de 2021.
- Lei nº 14.534, de 11 de janeiro de 2023. 1007**
 ↳ Altera as Leis nºs 7.116, de 29 de agosto de 1983, 9.454, de 7 de abril de 1997, 13.444, de 11 de maio de 2017, e 13.460, de 26 de junho de 2017, para adotar número único para os documentos que especifica e para estabelecer o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) como número suficiente para identificação do cidadão nos bancos de dados de serviços públicos.
- Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023. 1777**
 ↳ Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (Lei da Desapropriação), a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Lei do FGTS), a Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, a Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, e a Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022, e revoga dispositivos da Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021.
- Lei nº 14.711, de 30 de outubro de 2023. 1853**
 ↳ Dispõe sobre o aprimoramento das regras de garantia, a execução extrajudicial de créditos garantidos por hipoteca, a execução extrajudicial de garantia imobiliária em concurso de credores, o procedimento de busca e apreensão extrajudicial de bens móveis em caso de inadimplemento de contrato de alienação fiduciária, o resgate antecipado de Letra Financeira, a alíquota de imposto de renda sobre rendimentos no caso de fundos de investimento em participações qualificadas que envolvam titulares de cotas com residência ou domicílio no exterior e o procedimento de emissão de debêntures; altera as Leis nºs 9.514, de 20 de novembro de 1997, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.476, de 28 de agosto de 2017, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 9.492, de 10 de setembro de 1997, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 12.249, de 11 de junho de 2010, 14.113, de 25 de dezembro de 2020, 11.312, de 27 de junho de 2006, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 14.382, de 27 de junho de 2022, e o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969; e revoga dispositivos dos Decretos-Lei nºs 70, de 21 de novembro de 1966, e 73, de 21 de novembro de 1966.
- Lei nº 14.857, de 21 de maio de 2024. 2451**
 ↳ Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para determinar o sigilo do nome da ofendida nos processos em que se apuram crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- Lei nº 14.905, de 28 de junho de 2024. 2008**
 ↳ Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre atualização monetária e juros.
- Lei nº 14.974, de 16 de setembro de 2024. 1008**
 ↳ Institui o Dia Nacional da Identidade Civil.

DECRETOS

Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1903.	1299
↳ Institui regras para o estabelecimento de empresas de armazéns gerais, determinando os direitos e obrigações dessas empresas.	
Decreto nº 2.044, de 31 de dezembro de 1908.	1216
↳ Define a letra de câmbio e a nota promissória e regula as Operações Cambiais.	
Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919.	2066
↳ Regula a constituição de sociedades por quotas, de responsabilidade limitada.	
Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933.	2007
↳ Dispõe sobre os juros nos contratos e da outras providências.	
Decreto nº 24.778, de 14 de julho de 1934.	1497
↳ Reconhece ser objeto de penhor os créditos garantidos por hipoteca ou penhor, os quais, para esse efeito, considerar-se-ão coisa móvel.	
Decreto nº 3.079, de 15 de setembro de 1938.	1675
↳ Regulamenta o Decreto-Lei n. 58, de 10 de dezembro de 1937, que dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações	
Decreto nº 57.595, de 4 de janeiro de 1966.	1196
↳ Promulga as Convenções para adoção de uma Lei uniforme em matéria de cheques.	
Decreto nº 57.663, de 24 de janeiro de 1966.	1220
↳ Promulga as Convenções para adoção de uma lei uniforme em matéria de letras de câmbio e notas promissórias.	
Decreto nº 59.566, de 14 de novembro de 1966.	2184
↳ Regulamenta as Seções I, II e III do Capítulo IV do Título III da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra, o Capítulo III da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, e dá outras providências.	
Decreto nº 58.380, de 10 de maio de 1966.	1248
↳ Aprova o Regulamento da Lei que Institucionaliza o Crédito Rural.	
Decreto nº 59.428, de 30 de dezembro de 1966.	1507
↳ Regulamenta os Capítulos I e II do Título II, o Capítulo II do Título III, e os arts. 81 - 82 - 83 - 91 - 109 - 111 - 114 - 115 e 126 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o art. 22 do Decreto-lei nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932, e os arts. 9 - 10 - 11 - 12 - 22 e 23 da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966.	
Decreto nº 61.078, de 26 de julho de 1967.	1074
↳ Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Consulares	
Decreto nº 62.504, de 8 de abril de 1968.	1504
↳ Regulamenta o artigo 65 da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964, o artigo 11 e parágrafos do Decreto-lei nº 57, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências.	
Decreto nº 64.567, de 22 de maio de 1969.	2000
↳ Regulamenta dispositivos do Decreto-lei nº 486, de 3 de março de 1969, que dispõem sobre a escrituração e livros mercantis e dá outras providências.	
Decreto nº 66.605, de 20 de maio de 1970.	1345
↳ Promulga a Convenção sobre Consentimento para Casamento, 1962.	
Decreto nº 70.951, de agosto de 1972.	2013
↳ Regulamenta a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, que dispõe sobre a distribuição gratuita de prêmios, mediante sorteio, vale-brinde ou concurso, a título de propaganda, e estabelece normas de proteção à poupança popular.	
Decreto nº 72.106, de 18 de abril de 1973.	1932
↳ Regulamenta a Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, que institui o Sistema Nacional de Cadastro Rural e dá outras providências.	
Decreto nº 74.965, de 26 de novembro de 1974.	1652
↳ Regulamenta a Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, que dispõe sobre a aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no País ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil.	
Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979.	1172
↳ Simplifica exigências de documentos e dá outras providências.	
Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980.	1633
↳ Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira	

Decreto nº 93.240, de 9 de setembro de 1986.....	1171
↳ Regulamenta a Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985, que "dispõe sobre os requisitos para a lavratura de escrituras públicas, e dá outras providências".	
Decreto nº 95.760, de 1º de março de 1988.....	1615
↳ Regulamenta o art. 3º do Decreto-lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e dá outras providências.	
Decreto nº 95.956, de 22 de abril de 1988.....	1611
↳ Regulamenta o art. 5º do Decreto-lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987, que autoriza a União a transferir, a título gratuito, a Estados ou Territórios, terras públicas a ela pertencentes.	
Decreto nº 96.084, de 23 de maio de 1988.....	1612
↳ Regulamenta o § 1º do art. 5º do Decreto-lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987, que autoriza a União a transferir, a título gratuito, a Estados ou Territórios, terras públicas a ela pertencentes, localizadas na Faixa de Fronteira.	
Decreto nº 99.672, de 6 de novembro de 1990.....	1943
↳ Dispõe sobre o Cadastro Nacional de Bens Imóveis de propriedade da União e dá outras providências.	
Decreto nº 166, de 3 de julho de 1991.....	2509
↳ Promulga o Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha.	
Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992.....	1534
↳ Dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda.	
Decreto nº 577, de 24 de junho de 1992.....	1566
↳ Dispõe sobre a expropriação das glebas, onde forem encontradas culturas ilegais de plantas psicotrópicas, e dá outras providências	
Decreto nº 578, de 24 de junho de 1992.....	1283
↳ Dispõe sobre a emissão de Títulos da Dívida Agrária, em complementação aos recursos necessários ao financiamento do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária e para o atendimento de desapropriações de imóveis rurais de interesse social, para fins de reforma agrária, e dá outras providências.	
Decreto 678, de 6 de novembro de 1992.....	2509
↳ Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.	
Decreto nº 862, de 9 de julho de 1993.....	2509
↳ Promulga o Tratado sobre Cooperação Judiciária em Matéria Penal, entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana, de 17/10/1989.	
Decreto nº 1.240, de 15 de setembro de 1994.....	1210
↳ Promulga a Convenção Interamericana sobre Conflitos de Leis em Matéria de Cheques, adotada em Montevidéu, em 8 de maio de 1979.	
Decreto nº 1.306, de 9 de novembro de 1994.....	2020
↳ Regulamenta o Fundo de Defesa de Direitos Difusos, de que tratam os arts. 13 e 20 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, seu conselho gestor e dá outras providências.	
Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.....	1639
↳ Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências.	
Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996.....	1016
↳ Regulamenta a Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais, e dá outras providências.	
Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996.....	1987
↳ Regulamenta a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências.	
Decreto nº 1.979, de 9 de agosto de 1996.....	2510
↳ Promulga a Convenção Interamericana sobre Normas Gerais de Direito Internacional Privado, concluída em Montevidéu, Uruguai, em 8 de maio de 1979.	
Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.....	2404
↳ Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.	
Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001.....	1595
↳ Regulamenta a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, e dá outras providências.	

Decreto nº 3.832, de 1º de junho de 2001.....	2510
↳ Promulga o Estatuto da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, adotado na VII Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, de 9 a 31 de outubro de 1951.	
Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001.	2510
↳ Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.	
Decreto nº 3.598, de 12 de setembro de 2002.....	2511
↳ Promulga o Acordo de Cooperação em Matéria Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, celebrado em Paris, em 28 de maio de 1996.	
Decreto nº 4.382, de 19 de setembro de 2002.....	2360
↳ Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.	
Decreto nº 4.449, de 30 de outubro de 2002.	1941
↳ Regulamenta a Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001, que altera dispositivos das Leis nos. 4.947, de 6 de abril de 1966; 5.868, de 12 de dezembro de 1972; 6.015, de 31 de dezembro de 1973; 6.739, de 5 de dezembro de 1979; e 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências.	
Decreto nº 4.523, de 17 de dezembro de 2002.....	1909
↳ Regulamenta o arrolamento de bens para interposição de recurso voluntário no processo administrativo de determinação e exigência de créditos tributários da União.	
Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.	1640
↳ Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	
Decreto nº 5.570, de 31 de outubro de 2005.	1503
↳ Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 4.449, de 30 de outubro de 2002, e dá outras providências.	
Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007.	1111
↳ Institui o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped.	
Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008.	2226
↳ Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.	
Decreto nº 6.891, de 2 de julho de 2009.....	2511
↳ Promulga o Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile.	
Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009.....	2511
↳ Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências.	
↳ de Introdução às normas do Direito brasileiro.	
Decreto nº 7.107, de 11 de fevereiro de 2010.....	1482
↳ Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, firmado na Cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008.	
Decreto nº 7.231, de 14 de julho de 2010.	1365
↳ Regulamenta o art. 29, incisos I, II e III, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências	
Decreto nº 7.341, de 22 de outubro de 2010.	1811
↳ Regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União, no âmbito da Amazônia Legal, definida pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, e dá outras providências.	
Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011.	1801
↳ Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, e dá outras providências.	
Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012.	1937
↳ Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências.	

Decreto nº 8.302, de 4 de setembro de 2014.....	1010
↳ Revoga o Decreto nº 6.106, de 30 de abril de 2007, que dispõe sobre a prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, e revoga dispositivos do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, que aprova o Regulamento da Previdência Social.	
Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016.....	1083
↳ Promulga a Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, firmada pela República Federativa do Brasil, em Haia, em 5 de outubro de 1961.	
Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016.....	1002
↳ Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.	
Decreto nº 8.742, de 4 de maio de 2016.....	1088
↳ Dispõe sobre os atos notariais e de registro civil do serviço consular brasileiro e da dispensa de legalização no Brasil das assinaturas e atos emanados das autoridades consulares brasileiras.	
Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016.....	1118
↳ Institui a Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.	
Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.....	831
↳ Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	
Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017.....	1023
↳ Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Redação dada pelo Decreto nº 9.723, de 2019)	
Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.....	2523
↳ Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração.	
Decreto nº 9.310, de 15 de março de 2018.....	1749
↳ Institui as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana e estabelece os procedimentos para a avaliação e a alienação dos imóveis da União.	
Decreto nº 9.311, de 15 de março de 2018.....	1523
↳ Regulamenta a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, para dispor sobre o processo de seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.	
Decreto nº 9.354, de 25 de abril de 2018.....	1532
↳ Regulamenta o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, que dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União, e o art. 11-B da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, a administração, o aforamento e a alienação de bens imóveis de domínio da União.	
Decreto nº 9.451, de 26 de julho de 2018.....	1107
↳ Regulamenta o art. 58 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência.	
Decreto nº 9.640, de 27 de dezembro de 2018.....	2163
↳ Regulamenta a Cota de Reserva Ambiental, instituída pelo art. 44 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.	
Decreto nº 9.830, de 10 de junho de 2019.....	122
↳ Regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei	
Decreto nº 9.929, de 22 de julho de 2019.....	1330
↳ Dispõe sobre o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - Sirc e sobre o seu comitê gestor.	
Decreto nº 10.063, de 14 de outubro de 2019.....	1257
↳ Dispõe sobre o Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica, o Comitê Gestor Nacional do Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação da Documentação Básica e a Semana Nacional de Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e a Documentação Básica.	

Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020.	1042
↳ Regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais.	
Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.	1040
↳ Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas na administração pública federal e regulamenta o art. 5º da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, quanto ao nível mínimo exigido para a assinatura eletrônica em interações com o ente público.	
Decreto nº 10.592, de 24 de dezembro de 2020.	1729
↳ Regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União, no âmbito da Amazônia Legal, e em terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, por meio de alienação e concessão de direito real de uso de imóveis.	
Decreto nº 9.354, de 25 de abril de 2018.	1616
↳ Altera o Decreto nº 95.760, de 1º de março de 1988, que regulamenta o art. 3º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, que dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação de terrenos da União.	
Decreto nº 9.451, de 26 de julho de 2018.	1160
↳ Regulamenta o art. 58 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência.	
Decreto nº 9.640, de 27 de dezembro de 2018.	2239
↳ Regulamenta a Cota de Reserva Ambiental, instituída pelo art. 44 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.	
Decreto nº 9.830, de 10 de junho de 2019.	152
↳ Regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.	
Decreto nº 9.929, de 22 de julho de 2019.	1383
↳ Dispõe sobre o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - Sirc e sobre o seu comitê gestor.	
Decreto nº 10.063, de 14 de outubro de 2019.	1311
↳ Dispõe sobre o Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica, o Comitê Gestor Nacional do Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação da Documentação Básica e a Semana Nacional de Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e a Documentação Básica.	
Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020.	1095
↳ Regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais.	
Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.	1093
↳ Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas na administração pública federal e regulamenta o art. 5º da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, quanto ao nível mínimo exigido para a assinatura eletrônica em interações com o ente público.	
Decreto nº 10.592, de 24 de dezembro de 2020.	1813
↳ Regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União, no âmbito da Amazônia Legal, e em terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, por meio de alienação e concessão de direito real de uso de imóveis.	
Decreto nº 10.828, de 1º de outubro de 2021.	2206
↳ Regulamenta a emissão de Cédula de Produto Rural, relacionada às atividades de conservação e recuperação de florestas nativas e de seus biomas, de que trata o inciso II do § 2º do art. 1º da Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994.	
Decreto nº 10.977, de 23 de fevereiro de 2022.	996
↳ Regulamenta a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para estabelecer os procedimentos e os requisitos para a expedição da Carteira de Identidade por órgãos de identificação dos Estados e do Distrito Federal, e a Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, para estabelecer o Serviço de Identificação do Cidadão como o Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil.	
Decreto nº 11.208, de 26 de setembro de 2022.	1948
↳ Dispõe sobre o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais e sobre o Cadastro Imobiliário Brasileiro e regula o compartilhamento de dados relativos a bens imóveis.	

Decreto nº 11.586, de 28 de junho de 2023. 1530
 ↳ Regulamenta a concessão de créditos de instalação aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA e a liquidação e a renegociação das dívidas relativas aos créditos de instalação concedidos no período de 10 de outubro de 1985 a 27 de dezembro de 2013.

Decreto nº 11.797, de 27 de novembro de 2023.999
 ↳ Dispõe sobre o Serviço de Identificação do Cidadão e sobre a governança da identificação das pessoas naturais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, institui a Câmara-Executiva Federal de Identificação do Cidadão - Cefic.

Decreto nº 11.929, de 26 de fevereiro de 2024...... 1627
 ↳ Institui o Programa de Democratização de Imóveis da União e o Comitê Interministerial do Programa de Democratização de Imóveis da União e dispõe sobre a criação e o funcionamento dos Fóruns Estaduais de Apoio ao Programa de Democratização de Imóveis da União.

Decreto nº 11.995, de 15 de abril de 2024. 1548
 ↳ Institui o Programa Terra da Gente e dispõe sobre a incorporação de imóveis rurais no âmbito da Política Nacional de Reforma Agrária.

Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024157
 ↳ Estabelece normas para elaboração, redação, alteração e consolidação de atos normativos.

Decreto nº 12.046, de 5 de junho de 2024. 2233
 ↳ Regulamenta, em âmbito federal, a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e dá outras providências.

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Medida Provisória nº 2.220, de 04 de setembro de 2001. 1624
 ↳ Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências.

Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. 1089
 ↳ Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências.

PROVIMENTOS

Provimento CFOAB nº 118, de 20 de junho de 2007. 1180
 ↳ Dispõe sobre a aplicação da Lei nº 11.441, de 4 de janeiro de 2007, disciplinando as atividades profissionais dos advogados em escrituras públicas de inventários, partilhas, separações e divórcios.

Provimento CNJ nº 12, de 6 de agosto de 2010...... 1322
 ↳ Determina que seja remetido, em forma que preserve o sigilo, para cada uma das 27 Corregedorias Gerais dos Tribunais de Justiça, o CD com os nomes e endereços dos alunos que, naquela unidade da Federação, não possuem paternidade estabelecida, segundo os dados do Censo escolar.

Provimento CNJ nº 14, de 29 de abril de 2011...... 1365
 ↳ Dispõe sobre a emissão de certidões pelos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais em papel de segurança unificado fornecido pela Casa da Moeda do Brasil.

Provimento CNJ nº 15, de 15 de dezembro de 2011. 1366
 ↳ Dispõe sobre a emissão de certidões pelos Ofícios de Registro Civil das Pessoas Naturais em papel de segurança unificado fornecido pela Casa da Moeda do Brasil e o início de sua utilização obrigatória.

Provimento CNJ nº 24, de 12 de outubro de 2012. 1112
 ↳ Dispõe sobre a alimentação dos dados no sistema "Justiça Aberta".

Provimento CNJ nº 25, de 12 de novembro de 2012...... 1113
 ↳ Dispõe sobre a regulamentação do uso do Malote Digital pelas serventias extrajudiciais de notas e de registro.

Provimento CNJ nº 26, de 12 de dezembro de 2012. 1323
 ↳ Dispõe sobre o "Projeto Pai Presente – 2012"

Provimento CNJ nº 27, de 12 de dezembro de 2012. 1496
 ↳ Dispõe sobre a facultatividade e a competência para o registro de contratos de alienação fiduciária e de arrendamento mercantil de veículos por Oficial de Registro de Títulos e Documentos.

Provimento CNJ nº 39, de 25 de julho de 2014.....	1957
↳ Dispõe sobre a instituição e funcionamento da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB, destinada a recepcionar comunicações de indisponibilidade de bens imóveis não individualizados.	
Provimento CNJ nº 41, de 6 de outubro de 2014.....	1062
↳ Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação dos atos normativos expedidos pela Corregedoria Nacional de Justiça.	
Provimento CNJ nº 44, de 18 de março de 2015.....	1798
↳ Estabelece normas gerais para o registro da regularização fundiária urbana.	
Provimento CNJ nº 45, de 13 de maio de 2015.....	1013
↳ Revoga o Provimento 34 de 09/07/2013 e a Orientação 6 de 25/11/2013 e consolida as normas relativas à manutenção e escrituração dos livros Diário Auxiliar, Visitas e Correições e Controle de Depósito Prévio pelos titulares de delegações e responsáveis interinos do serviço extrajudicial de notas e registros públicos, e dá outras providências.	
Provimento CNJ nº 50, de 28 de setembro de 2015.....	1017
↳ Dispõe sobre a conservação de documentos nos cartórios extrajudiciais.	
Provimento CFOAB nº 170, de 24 de fevereiro de 2016.....	1486
↳ Dispõe sobre as sociedades unipessoais de advocacia.	
Provimento CNJ nº 56, de 14 de julho de 2016.....	1183
↳ Dispõe sobre a obrigatoriedade de consulta ao Registro Central de Testamentos On-Line (RCTO) para processar os inventários e partilhas judiciais e lavrar escrituras públicas de inventários extrajudiciais.	
Provimento CNJ nº 61, de 17 de outubro de 2017.....	1008
↳ Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação do número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e dos dados necessários à completa qualificação das partes nos feitos distribuídos ao Poder Judiciário e aos serviços extrajudiciais em todo o território nacional.	
Provimento CNJ nº 62, de 14 de novembro de 2017.....	1087
↳ Dispõe sobre a uniformização dos procedimentos para a aposição de apostila, no âmbito do Poder Judiciário, da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961 (Convenção da Apostila).	
Provimento CNJ nº 74, de 31 de julho de 2018.....	1117
↳ Dispõe sobre padrões mínimos de tecnologia da informação para a segurança, integridade e disponibilidade de dados para a continuidade da atividade pelos serviços notariais e de registro do Brasil e dá outras providências.	
Provimento CNJ nº 76, de 12 de setembro de 2018.....	1034
↳ Altera a periodicidade do recolhimento do valor da renda líquida excedente, pelos responsáveis interinos do serviço extrajudicial de notas e registros públicos, ao tribunal de justiça, previsto no Provimento n. 45 de 13/5/2015.	
Provimento CNJ nº 77, de 7 de novembro de 2018.....	983
↳ Dispõe sobre a designação de responsável interino pelo expediente.	
Provimento CNJ nº 79, 8 de novembro de 2018.....	1069
↳ Dispõe sobre a política institucional de Metas Nacionais do Serviço Extrajudicial e dá outras providências.	
Provimento CNJ nº 81, de 6 de dezembro de 2018.....	1035
↳ Dispõe sobre a Renda Mínima do Registrador Civil de Pessoas Naturais.	
Provimento CNJ nº 82, de 3 de julho de 2019.....	1370
↳ Dispõe sobre o procedimento de averbação, no registro de nascimento e no de casamento dos filhos, da alteração do nome do genitor e dá outras providências.	
Provimento CNJ nº 85, de 19 de agosto de 2019.....	1032
↳ Dispõe sobre a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030, pelas Corregedorias do Poder Judiciário e pelo Serviço Extrajudicial.	
Provimento CNJ nº 89, de 18 de dezembro de 2019.....	1950
↳ Regulamenta o Código Nacional de Matrículas - CNM, o Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis - SREI, o Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado – SAEC, o acesso da Administração Pública Federal às informações do SREI e estabelece diretrizes para o estatuto do Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico – ONR.	
Provimento CNJ nº 107, de 24 de junho de 2020.....	1035
↳ Dispõe sobre a proibição de cobrança de quaisquer valores dos consumidores finais dos serviços prestados pelas centrais cartorárias em todo o território nacional, e dá outras providências.	

Provimento CNJ nº 115, de 24 de março de 2021.....	1954
↳ Institui a receita do fundo para implementação e custeio do SREI, estabelece a forma do seu recolhimento pelas serventias do serviço de registro de imóveis, e dá outras providências.	
Provimento CNJ nº 124, de 7 de dezembro de 2021.....	1955
↳ Estabelece prazo para a universalização do acesso por todas as unidades do serviço de registro de imóveis do Brasil, ao Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI), operado pelo Operador Nacional do Registro Eletrônico de Imóveis – ONR, sob regulação da Corregedoria Nacional de Justiça.	
Provimento CNJ nº 133, de 15 de agosto de 2022.....	988
↳ Disciplina a alimentação do Painel Nacional dos Concursos Públicos de Provas e Títulos para Outorga de Delegações de Serviços de Notas e de Registro, gerido pela Corregedoria Nacional de Justiça.	
Provimento CNJ nº 134, de 24 de agosto de 2022.....	1151
↳ Estabelece medidas a serem adotadas pelas serventias extrajudiciais em âmbito nacional para o processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.	
Provimento CNJ nº 140, de 22 de fevereiro de 2023.....	1009
↳ Estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, o Programa de Enfrentamento ao Sub-registro Civil e de Ampliação ao Acesso à Documentação Básica por Pessoas Vulneráveis; institui a Semana Nacional do Registro Civil e dá outras providências.	
Provimento CNJ nº 143, de 25 de abril de 2023.....	1956
↳ Regulamenta a estrutura, a geração e a validação do Código Nacional de Matrícula - CNM, dispõe sobre a escrituração da matrícula no registro de imóveis, e dá outras providências.	
Provimento CNJ nº 144, de 25 de abril de 2023.....	1843
↳ Estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, o Programa Permanente de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, institui a Semana Nacional de Regularização Fundiária, e dá outras providências.	
Provimento CNJ nº 149, de 3 de agosto de 2023.....	891
↳ Institui o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/ CNJ/CNJ-Extra), que regulamenta os serviços notariais e de registro.	
Provimento CNJ nº 159, de 18 de dezembro 2023.....	1131
↳ Institui o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos – FIC-ONSERP, o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico do Registro Civil das Pessoas Naturais – FIC-RCPN, e o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico do Registro de Títulos e Documentos e Cíveis das Pessoas Jurídicas – FIC-RTDPJ; dispõe sobre suas receitas; e dá outras providências.	
Provimento CNJ nº 162, de 11 de março de 2024.....	1071
↳ Regulamenta o art. 47-A do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça (RICNJ), acerca da celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a Corregedoria Nacional de Justiça e magistrados, servidores e serventuários do Poder Judiciário ou delegatários de serventias extrajudiciais, e dá outras providências.	
Provimento CNJ nº 176, de 23 de julho de 2024.....	984
↳ Altera as regras do exercício da interinidade de serventias extrajudiciais vagas de acordo com o julgamento da ADI n. 1.183/DF pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.	
Provimento CNJ nº 184, de 26 de novembro de 2024.....	988
↳ Estabelece normas gerais para a realização do Exame Nacional de Cartórios ENAC pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ e dá outras providências.	

RESOLUÇÕES

Resolução CNJ nº 20, de 29 de agosto de 2006.....	1069
↳ Disciplina a contratação, por delegados extrajudiciais, de cônjuge, companheiro e parente, na linha reta e na colateral, até terceiro grau, de magistrado incumbido da corregedoria do respectivo serviço de notas ou de registro.	
Resolução CNJ nº 35, de 24 de abril de 2007.....	1176
↳ Disciplina a lavratura dos atos notariais relacionados a inventário, partilha, separação consensual, divórcio consensual e extinção consensual de união estável por via administrativa. (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)	
Resolução CNJ nº 80, de 9 de junho de 2009.....	976
↳ Declara a vacância dos serviços notariais e de registro ocupados em desacordo com as normas constitucionais pertinentes à matéria, estabelecendo regras para a preservação da ampla defesa dos interessados, para o período de transição e para a organização das vagas do serviço de notas e registro que serão submetidas a concurso público.	
Resolução CNJ nº 81, de 09 de junho de 2009.....	979
↳ Dispõe sobre os concursos públicos de provas e títulos, para a outorga das Delegações de Notas e de Registro, e minuta de edital.	

Resolução CNJ nº 125, de 29 de novembro de 2010.	1065
↳ Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.	
Resolução CNJ nº 155, de 16 de julho de 2012.	1367
↳ Dispõe sobre traslado de certidões de registro civil de pessoas naturais emitidas no exterior.	
Resolução CNJ nº 175, de 14 de maio de 2013.	1346
↳ Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo.	
Resolução CNJ nº 131, de 26 de maio de 2011.	1342
↳ Dispõe sobre a concessão de autorização de viagem para o exterior de crianças e adolescentes brasileiros, e revoga a Resolução nº 74/2009 do CNJ.	
Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 03, de 19 de abril de 2012.	1310
↳ Dispõe sobre o assento de nascimento de indígena no Registro Civil das Pessoas Naturais.	
Resolução CGSIRC nº 1, de 9 de julho de 2015.	1379
↳ Dispõe sobre a padronização dos procedimentos para envio de dados pelas serventias de registro civil de pessoas naturais ao Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - Sirc.	
Resolução Cofen nº 498, de 2 de dezembro de 2015.	1234
↳ Aprova a possibilidade de realização de protesto de certidões de dívida ativas, no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais.	
Resolução CNJ nº 228, de 22 de junho de 2016.	1085
↳ Regulamenta a aplicação, no âmbito do Poder Judiciário, da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961 (Convenção da Apostila).	
Resolução TSE nº 23.571, de 29 de maio de 2018.	1453
↳ Disciplina a criação, organização, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos.	
Resolução CNJ nº 270, de 11 de dezembro de 2018.	1002
↳ Dispõe sobre o uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços judiciários, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados dos tribunais brasileiros.	
Resolução CGSIRC nº 04, de 28 de maio de 2019.	1380
↳ Dispõe sobre o compartilhamento de dados do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - Sirc.	
Resolução COAF nº 31, de 7 de junho de 2019.	2382
↳ Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas pessoas físicas e jurídicas reguladas pelo Coaf, na forma do §1º do art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para cumprimento de sanções impostas nos termos da Lei nº 13.810, de 8 de março de 2019; e para as comunicações de que trata o art. 11 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, relacionadas a terrorismo e seu financiamento.	
Resolução CFM nº 2.232, de 17 de julho de 2019.	1363
↳ Estabelece normas éticas para a recusa terapêutica por pacientes e objeção de consciência na relação médico-paciente.	
Resolução CNJ nº 289, de 14 de agosto de 2019.	1335
↳ Dispõe sobre a implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA e dá outras providências.	
Resolução CNJ nº 295, de 13 de setembro de 2019.	1343
↳ Dispõe sobre autorização de viagem nacional para crianças e adolescentes.	
Resolução CNJ nº 306, de 17 de dezembro de 2019.	1005
↳ Estabelece diretrizes e parâmetros para a emissão de documentação civil e para a identificação civil biométrica das pessoas privadas de liberdade.	
Resolução CONTRAN nº 809, de 15 de dezembro de 2020.	1180
↳ Dispõe sobre os requisitos para emissão do Certificado de Registro de Veículo (CRV), do Certificado de Licenciamento Anual (CLA) e do comprovante de transferência de propriedade em meio digital.	
Resolução CNJ nº 401, de 16 de junho de 2021.	1161
↳ Dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão.	
Resolução CNJ nº 402, de 28 de junho de 2021.	1350
↳ Dispõe sobre ações de caráter informativo, no âmbito do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais, para melhor preparação para o casamento civil, e dá outras providências.	

Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.	2383
↳ Dispõe sobre procedimentos a serem observados, em relação a pessoas expostas politicamente, por aqueles que se sujeitam à supervisão do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) na forma do § 1º do art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998. Após a entrada em vigor desta resolução, fica revogada a Resolução nº 29, de 7 de dezembro de 2017, do Coaf.	
Resolução TSE nº 23.670, de 14 de dezembro de 2021.	1464
↳ Dispõe sobre as federações de partidos políticos.	
Resolução CFM nº 2.320, de 1º de setembro de 2022.	1324
↳ Adota normas éticas para a utilização de técnicas de reprodução assistida - sempre em defesa do aperfeiçoamento das práticas e da observância aos princípios éticos e bioéticos que ajudam a trazer maior segurança e eficácia a tratamentos e procedimentos médicos, tornando-se o dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos brasileiros e revogando a Resolução CFM nº 2.294, publicada no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2021, Seção 1, p. 60..	
Resolução CNJ nº 485, de 18 de janeiro de 2023.	1336
↳ Dispõe sobre o adequado atendimento de gestante ou parturiente que manifeste desejo de entregar o filho para adoção e a proteção integral da criança.	
Resolução CNJ nº 584, de 27 de setembro de 2024.	1930
↳ Dispõe sobre o uso dos sistemas de pesquisa de dados e busca de bens para constrição patrimonial disponibilizados pelo Conselho Nacional de Justiça.	
Resolução CNJ nº 601, de 13 de dezembro 2024.	1361
↳ Dispõe sobre o dever de reconhecer e retificar os assentos de óbito de todos os mortos e desaparecidos vítimas da ditadura militar.	
RECOMENDAÇÕES	
Recomendação CNJ nº 3, de 15 de março de 2012.	1182
↳ Dispõe sobre a cientificação prévia das partes, nos atos notariais que especifica, quanto à possibilidade de obterem Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.	
Recomendação CNJ nº 6, de 2 de julho de 2012.	1367
↳ Dispõe sobre o uso de papel de segurança unificado para emissão de certidões pelos Ófícios de Registro Civil das Pessoas Naturais.	
Recomendação CNJ nº 8, de 7 de novembro de 2012.	1335
↳ Dispõe sobre a colocação de criança e adolescente em família substituta por meio de guarda.	
Recomendação CNJ nº 9, de 7 de março de 2013.	1018
↳ Dispõe sobre a formação e manutenção de arquivo de segurança pelos responsáveis pelas serventias do serviço extrajudicial de notas e de registro.	
Recomendação CNJ nº 11, de 16 de abril de 2013.	1018
↳ Altera a Recomendação nº 09, da Corregedoria Nacional de Justiça, que dispõe sobre a formação e manutenção de arquivo de segurança pelos responsáveis pelas serventias do serviço extrajudicial de notas e de registro.	
Recomendação CNJ nº 18, de 2 de março de 2015.	1358
↳ Dispõe sobre a expedição de certidão de óbito no estabelecimento de saúde em que ocorra o falecimento.	
Recomendação CNJ nº 19, de 25 de março de 2015.	1358
↳ Dispõe sobre a instituição de Banco de Dados de óbitos de pessoas não identificadas, nos Estados que possuem Central de Registro Civil e no Distrito Federal.	
Recomendação CNJ nº 22, de 6 de junho de 2016.	1179
↳ Recomenda aos Tabelionatos de Notas que procedam a realização de inventário, partilha, separação consensual, divórcio consensual e extinção consensual de união estável, quando houver filhos ou herdeiros emancipados.	
Recomendação CNJ nº 23, de 28 de junho de 2016.	1313
↳ Recomenda aos Oficiais de Registro Cíveis das Pessoas Naturais que registrem a profissão dos pais a serviço de seu país nos assentos e certidões de nascimento dos seus filhos nascidos no Brasil.	
Recomendação CNJ nº 28, de 17 de agosto de 2018.	1031
↳ Recomenda aos tribunais de justiça dos Estados e do Distrito Federal a celebração de convênios com notários e registradores do Brasil para a instalação de centros judiciários de solução de conflitos e cidadania (CEJUSCs).	
Recomendação CNJ nº 39, de 19 de junho de 2019.	983
↳ Dispõe sobre a necessidade de observância das decisões da Corregedoria Nacional de Justiça relacionadas à vedação de designação de interinos parentes de antigos delegatários titulares das serventias vagas.	

Recomendação CNJ nº 40, de 2 de julho de 2019.	1382
↳ Dispõe sobre os prazos e informações a serem prestadas ao Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC pelas serventias extrajudiciais de registro de pessoas naturais.	
Recomendação CNJ nº 41, de 2 de julho de 2019.	1505
↳ Dispõe sobre a dispensa dos Cartórios de Registro de Imóveis da anuência dos confrontantes na forma dos §§ 3º e 4º do art. 176 da Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973, alterada pela Lei n. 13.838, de 4 de junho de 2019.	
Recomendação CNJ nº 43, de 30 de outubro de 2019.	1314
↳ Dispõe sobre o procedimento prévio a ser observado por todos os registradores civis do País para a lavratura de registros de nascimento e passaportes.	
Recomendação CNJ nº 46, de 23 de junho de 2020.	1155
↳ Dispõe sobre medidas preventivas para que se evitem atos de violência patrimonial ou financeira contra pessoa idosa, especialmente vulnerável no período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), no âmbito das serventias extrajudiciais e da execução dos serviços notariais.	
Recomendação CNJ nº 47, de 12 de março de 2021.	1155
↳ Dispõe sobre medidas preventivas para que se evitem atos de violência patrimonial ou financeira contra pessoa idosa, especialmente vulnerável, no âmbito das serventias extrajudiciais e da execução dos serviços notariais.	

ORIENTAÇÕES

Orientação CNJ nº 4, de 25 de junho de 2013.	1357
↳ Orienta sobre a desnecessidade de preenchimento da coluna "CID" do campo 40 da Declaração de Óbito do Ministério da Saúde para efeito de lavratura de assento de óbito por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais.	
Orientação CNJ nº 5, de 4 de novembro de 2013.	1622
↳ Orienta sobre o procedimento de averbação de descrição georreferenciada de Gleba Pública Federal na Amazônia Legal previsto nos arts. 3º e 4º do Provimento nº 33/2013 da Corregedoria Nacional de Justiça.	
Orientação CNJ nº 7, de 7 de novembro de 2018.	982
↳ Dispõe sobre a reestruturação periódica das serventias extrajudiciais vagas	
Orientação CNJ nº 9, de 13 de março de 2020.	1154
↳ Dispõe sobre a necessidade de as corregedorias-gerais dos ramos do Poder Judiciário nacional observarem medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras orientações.	

PORTARIAS

Portaria MS/SVS nº 116, de 11 de fevereiro de 2009.	1374
↳ Regulamenta a coleta de dados, fluxo e periodicidade de envio das informações sobre óbitos e nascidos vivos para os Sistemas de Informações em Saúde sob gestão da Secretaria de Vigilância em Saúde.	
Portaria CNJ nº 491, de 11 de março de 2009.	2205
↳ Institui o Fórum Nacional para monitoramento e resolução dos conflitos fundiários rurais e urbanos.	
Portaria CNJ nº 211, de 10 de agosto de 2009.	1054
↳ Aprovar o Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça e determinar a sua divulgação, inclusive na página da Corregedoria na internet.	
Portaria Interministerial AGU/BACEN nº 1, de 23 de agosto de 2013.	1235
↳ Dispõe sobre o protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa do Banco Central do Brasil.	
Portaria PGFN nº 429, de 4 de junho de 2014.	1235
↳ Disciplina a utilização do protesto extrajudicial por falta de pagamento de certidões de dívida ativa da União ou do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS de responsabilidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN.	
Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014.	1010
↳ Dispõe sobre a prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional.	
Portaria Conjunta RFB/MPS/INSS nº 1.735, de 15 de dezembro de 2015.	1362
↳ Dispõe sobre a forma de comunicação de registro de óbitos pelos titulares das serventias de registro civil das pessoas naturais.	
Portaria Conjunta AGU/SPU nº 1, de 15 de fevereiro de 2017.	1553
↳ Dispõe sobre procedimentos a serem adotados pelos órgãos de execução da Consultoria-Geral da União e pelas Superintendências do Patrimônio da União nos Estados e no Distrito Federal na representação da União relativamente à usucapião extrajudicial de bens imóveis, e dá outras providências.	

Portaria PGFN nº 29 de 12 de janeiro de 2018. 1904
 ↳ Dispõe sobre o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) de que trata a Lei nº 13.606, de 9 janeiro de 2018, para os débitos administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Portaria SPU/ME nº 24.218, de 26 de novembro de 2020. 1153
 ↳ Estabelece as normas para envio da Declaração sobre Operações Imobiliárias em Terrenos da União (Doitu) pelos cartórios à Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, do Ministério da Economia.

Portaria INSS nº 901, de 20 de maio de 2021. 1387
 ↳ Dispõe sobre regras de condutas de acesso pelos Titulares e Substitutos de Cartórios de Registro Civil ao Sistema Nacional de Informações de Registros Cíveis - SIRC.

Portaria MINFRA nº 131, de 14 de outubro de 2021. 1837
 ↳ Dispõe sobre os processos administrativos de requerimento para exploração de ferrovias ou pátios ferroviários mediante outorga por autorização, conforme a Medida Provisória nº 1.065, de 30 de agosto de 2021.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS

Instrução Normativa INCRA nº 57, de 20 de outubro de 2009. 1642
 ↳ Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

Instrução Normativa INCRA nº 77, de 23 de agosto de 2013. 1502
 ↳ Regulamenta o procedimento de certificação da poligonal objeto de memorial descritivo de imóveis rurais a que se refere o § 5º do art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Instrução Normativa INCRA nº 82, de 27 de março de 2015. 1943
 ↳ Dispõe sobre os procedimentos relativos à apuração disciplinar de que trata a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e demais instrumentos de apoio à atividade disciplinar no âmbito do Incra.

Instrução Normativa INCRA nº 83, de 30 de julho de 2015. 1542
 ↳ Estabelece as diretrizes básicas para as ações de obtenção de imóveis rurais para fins de assentamento de trabalhadores rurais e dá outras providências.

Instrução Normativa INCRA nº 88, de 13 de dezembro de 2017. 1654
 ↳ Dispõe sobre a aquisição e o arrendamento de imóvel rural por pessoa natural estrangeira residente no País, pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil e pessoa jurídica brasileira equiparada à estrangeira e dá outras providências.

Instrução Normativa RFB nº 1828, de 10 de setembro de 2018. 2380
 ↳ Dispõe sobre o Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física (CAEPF).

Instrução Normativa INCRA nº 91, de 3 de outubro de 2018. 1622
 ↳ Dispõe sobre o procedimento para venda direta dos imóveis residenciais de propriedade do INCRA no âmbito da Amazônia Legal, nos termos do art. 38, da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, e dá outras providências.

Instrução Normativa ME/SPU nº 208, de 29 de outubro de 2019. 1625
 ↳ Disciplina a atividade de Demolição de imóveis da União.

Instrução Normativa Conjunta RFB/INCRA nº 1.968, de 22 de julho de 2020. 1946
 ↳ Dispõe sobre a obrigatoriedade de vinculação de imóveis inscritos no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e no Cadastro de Imóveis Rurais (Cafir) para fins de estruturação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR).

Instrução Normativa INCRA nº 104, de 29 de janeiro de 2021. 1820
 ↳ Fixa os procedimentos para regularização fundiária das ocupações incidentes em áreas rurais, de que trata a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 10.592, de 24 de dezembro de 2020, e dá outras providências.

Instrução Normativa INSS nº 116, de 5 de maio de 2021. 1385
 ↳ Disciplina o procedimento relativo à apuração de descumprimento de qualquer obrigação imposta pelo art. 68 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, assim como o fornecimento de informação inexistente pelos Titulares de Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, para fins de aplicação de multa e propositura de ação regressiva.

Instrução Normativa INCRA nº 111, de 22 de dezembro de 2021. 1646
 ↳ Dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária nos processos de licenciamento ambiental de obras, atividades ou empreendimentos que impactem terras quilombolas.

Instrução Normativa RFB nº 2.186, de 12 de abril de 2024. 1070
 ↳ Dispõe sobre a Declaração sobre Operações Imobiliárias (DOI) e define regras para a sua apresentação.

Instrução Normativa INCRA nº 142, de 28 de maio de 2024. 1795
 ↳ Dispõe sobre os procedimentos necessários à regularização fundiária de áreas urbanas consolidadas, de expansão urbana e de urbanização específica, incidentes em terras públicas federais do Incra, qualquer que seja sua localização, e da União, administradas pelo Incra na Amazônia Legal previstas no art. 3º da Lei nº 11.952, de 2009, e dá outras providências.

OUTROS ATOS

Regimento Interno CNJ nº 67, de 3 de março de 2009. 1037
 ↳ Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências.

Nota Técnica INCRA nº 3.448, de 25 de outubro de 2021. 1555
 ↳ Dispõe sobre os procedimentos para a submissão de parcelas no Sistema de Gestão Fundiária para situações de Usucapião Judicial e Extrajudicial.

Código de Ética e Disciplina Notarial – Colégio Notarial do Brasil. 1174